

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
DANIELE LOUIZE SCHNEIDER

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: REESTRUTURAÇÃO DA PRAÇA
VALENTIN KLEIN, DA CIDADE DE SÃO MARTINHO-RS.**

CASCABEL

2018

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
DANIELE LOUIZE SCHNEIDER

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: REESTRUTURAÇÃO DA PRAÇA
VALENTIN KLEIN, DA CIDADE DE SÃO MARTINHO-RS.**

Trabalho de Conclusão do Curso de
Arquitetura e Urbanismo, da FAG,
apresentado na modalidade Projetual, como
requisito parcial para a aprovação na
disciplina: Trabalho de Curso: Qualificação.

Professor Orientador: Arquiteta e Urbanista
Especialista Camila Pezzini

Professor coorientador: Psicóloga Arquiteta e
Urbanista Especialista Mariana Melani Drabik

CASCADEL

2018

CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG
DANIELE LOUIZE SCHNEIDER

**FUNDAMENTOS ARQUITETÔNICOS: REESTRUTURAÇÃO DA PRAÇA
VALENTIN KLEIN, DA CIDADE DE SÃO MARTINHO-RS.**

Trabalho apresentado no Curso de Arquitetura e Urbanismo, do Centro Universitário Assis Gurgacz, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob a orientação da Professora Arquiteta e Urbanista Especialista Camila Pezzini e coorientação da Psicóloga Arquiteta e Urbanista Especialista Mariana Melani Drabik.

BANCA EXAMINADORA

Camila Pezzini
Centro Universitário Assis Gurgacz
Professora Arquiteta e Urbanista Especialista

Mariana Melani Drabik
Centro Universitário Assis Gurgacz
Psicóloga Arquiteta e Urbanista Especialista

Isadora Dupont
Centro Universitário Assis Gurgacz
Professora Arquiteta e Urbanista Especialista

Cascavel/PR, 30 de maio de 2018

RESUMO

O presente trabalho está inserido na linha de pesquisa Intervenção Paisagística de Arquitetura e Urbanismo da FAG. A pesquisa teórica iniciou-se do seguinte problema de pesquisa: de que forma a arquitetura pode transformar um local negligenciado em uma área que traga benefícios à população? Sob hipótese inicial de que a arquitetura é capaz de atender as necessidades da sociedade, quando atende de maneira eficaz a função para a qual foi projetada. Assim o trabalho tem como objetivo geral desenvolver a reestruturação, por meio de um projeto de arquitetura e paisagismo, para a Praça Valentin Klein, na cidade de São Martinho- RS, proporcionando a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e valorização da cidade. Para o desenvolvimento da fundamentação foi utilizada inicialmente a pesquisa bibliográfica, que gerou o embasamento teórico do trabalho caracterizando a importância dos espaços públicos como uma das mais importantes atividades de lazer dentro do meio urbano e expondo a importância das praças e do paisagismo dentro das cidades; após realizou-se uma análise específica a partir dos correlatos, e, por afim, a aplicação ao tema delimitado, como base para elaboração da proposta projetual.

Palavras chave: Espaço público. Lazer. Paisagismo. Praça.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Praça Colonial Brasileira - Terreiro de São Francisco, Salvador	22
Figura 2: Praça Ajardinada - Praça Marechal Deodoro, Porto Alegre	22
Figura 3: Praça Moderna - Praça da Sé, São Paulo	23
Figura 4: Praça Governador Celso Ramos Antes da Revitalização	29
Figura 5: Praça Governador Celso Ramos Após a Revitalização	29
Figura 6: Parque Infantil	30
Figura 7: Jardins	30
Figura 8: Vegetação	30
Figura 9: Vegetação	30
Figura 10: Mobiliário Urbano	31
Figura 11: Mobiliário Urbano	31
Figura 12: Praça Colinas de Anhanguera- SP	32
Figura 13: Praça Colinas de Anhanguera- SP	32
Figura 14: Localização	32
Figura 15: Edificações	33
Figura 16: Partido 1	33
Figura 17: Partido 2	34
Figura 18: Permeabilidade	34
Figura 19: Piazza Fontana a Quinto de Stampi - MILÃO	35
Figura 20: Piazza Fontana a Quinto de Stampi - MILÃO	35
Figura 21: Implantação	36
Figura 22: Implantação	36
Figura 23: Setorização	37
Figura 24: Padrão Geométrico	37
Figura 25: Topografia	38
Figura 26: Vegetação	38
Figura 27: Vegetação	38
Figura 28: Superfícies	39
Figura 29: Mobiliário Urbano	39
Figura 30: Localização do Município de São Martinho	41
Figura 31: Perímetro do município de São Martinho	41

Figura 32: Pórtico de Acesso a Cidade de São Martinho	42
Figura 33: Vista aérea da Cidade	42
Figura 34: Carta Manuscrita	43
Figura 35: Localização da Praça Valentin Klein	44
Figura 36: Vista Norte da Praça	44
Figura 37: Planta Baixa da Praça	45
Figura 38: Vista Central da Praça	45
Figura 39: Acesso pela Rua Vera Bortoli	46
Figura 40: Acesso pela Rua Vera Bortoli	46
Figura 41: Acesso pela Rua Atanagildo Almeida	46
Figura 42: Bancos da Praça	47
Figura 43: Iluminação	47
Figura 44: Parque Infantil	48
Figura 45: Quadra de Esportes	48
Figura 46: Banheiro	49
Figura 47: Vegetação	49
Figura 48: Vegetação	49
Figura 49: Fluxo	50
Figura 50: Acessos	50
Figura 51: Orientação Solar	51
Figura 52: Vento Predominante	51
Figura 53: Nível de Ruídos	52
Figura 54: Programa de Necessidades	53
Figura 55: Fluxograma	54
Figura 55: Plano de Massa	55

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT– Associação Brasileira de Normas Técnicas

BH - Bahia

INPAI - Grupo de Pesquisa e Intervenção Paisagística

MMA- Ministério do Meio Ambiente

RS- Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SP – São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 REVISÃO BIBLIOGRAFICA E SUPORTE TEÓRICO	13
1.1 ARQUITETURA E URBANISMO.....	13
1.2 A ARQUITETURA NA CRIAÇÃO DA IDENTIDADE DA CIDADE	14
1.3 OS ESPAÇOS PÚBLICOS.....	15
1.4 A IMPORTÂNCIA DO PAISAGISMO NA CONCEPÇÃO DE ESPAÇOS.....	17
1.5 A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES PARA A QUALIDADE AMBIENTAL DAS CIDADES.....	19
1.6 PRAÇA.....	21
1.6.1 Acessibilidade.....	24
1.6.2 Mobiliário Urbano.....	25
1.6.3 Iluminação.....	26
1.6.4 Pavimentação.....	27
2 CORRELATOS	28
2.1 PRAÇA GOVERNADOR CELSO RAMOS - FLORIANÓPOLIS- SC.....	28
2.1.1 Aspecto Funcional.....	28
2.1.2 Aspecto Formal.....	29
2.1.3 Aspecto Ambiental.....	30
2.1.4 Aspecto Técnico Construtivo.....	30
2.1.5 Análise do Correlato.....	30
2.2 PRAÇA COLINAS DE ANHANGUERA – SANTANA DE PARNAÍBA – SP.....	31
2.2.1 Aspecto Funcional.....	32
2.2.2 Aspecto Formal.....	33
2.2.3 Aspecto Ambiental.....	34

2.2.4 Aspecto Técnico Construtivo.....	34
2.2.5 Análise do Correlato.....	35
2.3 PIAZZA FONTANA A QUINTO DE STAMPI – MILÃO- ITÁLIA.....	35
2.3.1 Aspecto Funcional.....	36
2.3.2 Aspecto Formal.....	37
2.3.3 Aspecto Ambiental.....	38
2.3.4 Aspecto Técnico Construtivo.....	39
2.3.5 Análise do Correlato.....	39
3 DIRETRIZES PROJETUAIS.....	41
3.1 MUNICIPIO DE SÃO MARTINHO-RS.....	41
3.2 PRAÇA VALENTIN KLEIN.....	42
3.2.1 História.....	42
3.2.2 Localização.....	43
3.2.3 Levantamento Físico.....	44
3.2.3.1 Topografia.....	45
3.2.3.2 Mobiliário Urbano.....	46
3.2.3.3 Vegetação.....	49
3.2.3.4 Fluxo.....	50
3.2.3.5 Acessos.....	50
3.2.3.6 Incidência Solar.....	50
3.2.3.7 Vento.....	51
3.2.3.8 Nível de Ruídos.....	52
4 INTENÇÕES PROJETUAIS.....	53
4.1 PLANO DE NECESSIDADES.....	53
4.2 FLUXOGRAMA.....	54

4.3 PROGRAMA DE MASSAS.....	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
5.1 RESGATE DOS ELEMENTOS DE PESQUISA.....	56
5.2. RESPOSTA AO PROBLEMA.....	57
REFERÊNCIAS.....	58
ANEXOS.....	63
PRANCHA 1.....	63
PRANCHA 2.....	64
PRANCHA 3.....	65

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa elaborada no curso de Arquitetura e Urbanismo está inserida no Grupo de Pesquisa e Intervenção Paisagística – INPAI. Tem como assunto a reestruturação da Praça Valentin Klein, em São Marinho –RS, o qual busca refletir a importância que os espaços públicos assumem dentro da cidade, bem como a arquitetura e suas formas influenciam-na formação da identidade da cidade. Essas áreas tem papel fundamental na criação da identidade da cidade, através dele possível criar espaços, com valores estéticos, capaz de harmonizar cores, texturas e materiais, que transmitam diversas sensações aos usuários. O enfoque será dado ao paisagismo, esse que é capaz de reforçar a identidade da cidade.

No âmbito social a presente pesquisa justifica-se, pois, atualmente, identifica-se no município de São Martinho- RS um espaço na área central da cidade com grande potencial de lazer para a população, mas que se encontra carente de cuidados e manutenção, propiciando a insegurança no local e o descuido da paisagem urbana. Assim existe a necessidade de reestruturação dessa área para a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, dessa forma a arquitetura tem papel fundamental na criação e transformação de espaços físicos. A arquitetura é capaz de produzir espaços que valorizem a identidade urbana, áreas que melhorem o ambiente urbano e garantam a qualidade de vida da população. A pesquisa justifica-se no âmbito acadêmico-científico, pois poderá servir como material de apoio na elaboração de futuros trabalhos acadêmicos. Além de propiciar a qualquer pessoa que tenha interesse no assunto abordado, aperfeiçoar seus conhecimentos. No âmbito profissional pode-se, mencionar a importância do arquiteto na criação e reestruturação de espaços públicos, proporcionando uma valorização profissional pela sociedade e gestores públicos.

Assim o problema da pesquisa: é de que forma a arquitetura pode transformar um local negligenciado em uma área que traga benefícios à população? Como hipótese inicial entende-se que a arquitetura é capaz de atender as necessidades da sociedade, quando atende de maneira eficaz a função para a qual foi projetada. A reestruturação da praça municipal proporcionara a comunidade uma possibilidade de lazer. A transformação da praça em um lugar agradável com iluminação e acessos adequados, áreas que permitam a pratica de esportes, áreas de convívio e descanso, áreas de recreação infantil, implantação de equipamentos urbanos, além de proporcionar passeios em família, ou então apreciação da paisagem em seu entorno, motivará a população a ocupar esse espaço publico.

O trabalho tem como objetivo desenvolver a reestruturação, por meio de um projeto de arquitetura e paisagismo, para a Praça Valentin Klein, na cidade de São Martinho- RS

proporcionando a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e valorização da cidade. Os objetivos específicos são:

1. Regatar as fundamentações teóricas da arquitetura e urbanismo;
2. Fundamentar o que são praças e como esses espaços públicos afetam a sociedade;
3. Compreender como esses espaços podem criar uma identidade para cidade;
4. Pesquisa e análise de obras correlatas e referencias;
5. Desenvolver uma proposta projetual de reestruturação para a Praça Valentin Klein, com o qual a população se identifique, evitando o vandalismo e perpetuando a existência do espaço.

De acordo com Alex (2008):

Os espaços públicos na cidade assumem inúmeras formas e tamanhos, compreendendo desde uma calçada até uma paisagem vista na janela. Ele também abrange lugares designados ou projetados para uso cotidiano, cujas formas mais conhecidas são as ruas, as praças e os parques. A palavra “público” indica que os locais que concretizam esse espaço são abertos, acessíveis, sem exceção, a todas as pessoas (ALEX, 2008, p. 19).

De acordo com Robba e Macedo (2010):

Os espaços públicos são uma das mais importantes opções de lazer urbano. Em determinados bairros, a praça pode ser a única opção de espaço recreativo para os habitantes. São também simbolicamente importantes, pois se tornam objetos referencias, e cênicos na paisagem da cidade, exercendo importante papel na identidade do bairro ou rua (ROBBA e MACEDO, 2010, p. 45).

De acordo com Abbud (2006):

O paisagismo é a única expressão artística em que participam os cinco sentidos do ser humano. Enquanto a arquitetura, a pintura, a escultura e as demais artes plásticas usam e abusam apenas da visão, o paisagismo envolve também o olfato, a audição, o paladar e o tato, o que proporciona uma rica vivência sensorial, ao somar as mais diversas e completas experiências perceptivas (ABBUD, 2006, p. 15).

O trabalho baseia-se em pesquisa bibliográfica, que segundo Amaral (2005) é uma etapa fundamental em todo trabalho científico, ela influenciará todas as etapas da pesquisa, gerando o embasamento teórico em que se baseará o trabalho. Consistem no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002).

O trabalho apresenta ainda um estudo de caso, que segundo Mendes e Tachizawa (1998) é uma análise específica da relação entre um caso real e hipóteses, modelos e teorias, a partir das obras correlatas. É desenvolvido a partir de análise de uma determinada organização ou em qualquer outro contexto que retrate a situação encontrada e proponha uma solução/mudanças no contexto analisado.

A metodologia do projeto, na arquitetura a projeção se dá através de projetos que antecipam uma intenção de transformar um dado ambiente ou lugar. Em um primeiro momento tem-se a definição do programa de necessidades, seguido por um levantamento físico do atual estado do local, buscando os projetos originais e fazendo análises in loco. Decidindo o partido a ser adotado, a viabilidade do programa, coloca-se então todo o estudo em escala e dimensionam-se todos os componentes. Por fim a etapa conclusiva, chamada de projeto executivo e representações, que deve ser claro o bastante para que se permita uma boa compreensão (RIGHETTO, 2007).

Nesse sentido Moreira e Kowaltowski (2009) afirmam que o processo de produção arquitetônica é composta por três fases distintas: o programa, o projeto e a execução.

A qualidade do produto final depende do rigor e da exigência observados em cada uma dessas fases, pois o sub-produto de um processo está diretamente relacionado ao produto anterior e irá afetar a qualidade do resultado da fase seguinte. Esta relação pode não ser concluída com a entrega do edifício ao cliente, uma vez que a vida útil de um edifício depende da satisfação do seu usuário em função da adequação da ocupação. Caso haja um desajuste nesta relação, retoma-se o processo de construção para satisfazer as novas condições exigidas ou corrigir os erros observados (MOREIRA E KOWALTOWSKI, 2009, p. 32).

O trabalho desenvolveu-se então a partir da pesquisa teórica, com o título “Reestruturação da Praça Valentin Klein, da cidade de São Martinho-RS”, expondo a importância da arquitetura na criação da identidade das cidades, e dos espaços verdes na qualidade ambiental destas resgatando o conceito de espaço público e praças e a importância que tem o paisagismo na criação desses lugares. Posteriormente são apresentados os correlatos, projetos e praças já existentes que auxiliaram no desenvolvimento da proposta do projeto arquitetônico e paisagístico. Em seguida a apresentação do município onde está localizada a praça há ser reestruturada, uma apresentação histórica da Praça Valentin Klein e a análise do local. Assim, chega-se as diretrizes projetais onde apresenta-se a o plano de necessidades e as propostas de mobiliário urbano e projeto paisagístico.

1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E SUPORTE TEÓRICO

1.1 A ARQUITETURA E URBANISMO

Segundo Colin (2000) a arquitetura no sentido pratico da palavra é uma profissão, que compõe-se de três áreas distintas do conhecimento: técnica, humanas e representação e composição de projetos. Já no sentido antropológico, entende-se que a arquitetura é um produto cultural, a qual torna possível através de sua análise compreender técnicas, hábitos e ideologia das sociedades e civilizações. Sob o critério estético a edificação só é arquitetura quando os valores estéticos ultrapassam valores utilitários e comerciais. Portanto a arquitetura é uma profissão, um produto cultural que tem a arte como meta.

Glancey (2000, p. 226) relata que a “a arquitetura surgiu com o nascimento das primeiras cidades. As duas são quase sinônimas. A arquitetura adornou as ruas e as praças das cidades desde tempos antigos e as duas surgiram como um todo orgânico”. Para Zevi (2000) a perfeita história da arquitetura é aquela que informa de forma satisfatória a atividade edificatória através dos séculos e também engloba os interesses humanos. Descrever adequadamente o desenvolvimento da arquitetura significa entender a histórias das civilizações, os fatores que a compõem, a concepção espacial e história, e a apreciação dos valores artísticos.

Colin (2000, p. 40) afirma que “a maior parte das atividades humanas necessita de um edifício que tenha sido projetado para elas; assim, além de resistir a intempéries, deve o edifício abrigar uma atividade”. Assim a edificação deve estar em local adequado, abrigar uma atividade e ser dimensionado para tal, deve ainda ter um significado para a sociedade.

A mais tolhida das artes, a arquitetura é antes de mais nada, construção, mas construção concebida com o proposito de organizar e ordenar plasticamente o espaço e os volumes decorrentes, em função de uma determinada época, de um determinado meio , de uma determinada técnica, de um determinado programa e de uma determinada intenção (COSTA,1980, p. 07).

Lamas (2000, p. 41) afirma que “a arquitetura não pode ser compreendida se não como uma parte da cidade”. É ela a responsável pela forma da cidade, e é através do modo que ela se organiza e se articula que se pode definir e caracterizar o espaço urbano (ROSSI, 1967). A arquitetura não se ocupa apenas das áreas edificadas, ou edifícios construídos, mas também dos espaços entre essas edificações, ela se caracteriza pela concepção de espaços que o homem habita. O desenho urbano não deve ser o desenho dos

edifícios ou elementos construídos, e sim o desenho da estrutura da cidade, de tudo que une e relaciona os diferentes elementos urbanos e os espaços que a definem (LAMAS, 2000).

Segundo Harouel (1990, p.08) “o urbanismo atende determinadas áreas que dizem respeito à cidade, obras públicas, morfologia urbana, planos urbanos, práticas sociais e pensamento urbano, legislação e direito relativo à cidade”.

Desde a revolução industrial, as áreas urbanas tem sofrido um crescente aumento sem planejamento ou formas adequadas, a cidade então se torna um espaço incoerente, (LE CORBUSIER, 2000). Com o objetivo resolver esses problemas decorrentes da cidade da maquina surge então o urbanismo (CHOAY, 2000).

Assim no século XX, o urbanismo moderno estabelece que o lazer é de suma importância para o habitante urbano e os espaços públicos são uma das mais significantes de área de lazer no espaço urbano (ROBBA e MACEDO, 2010).

1.2 A ARQUITETURA NA CRIAÇÃO DA IDENTIDADE DA CIDADE

Segundo Lynch (1999) a cidade é uma obra arquitetônica, uma obra em grande escala e por mais comum que pareça o panorama, ela é capaz de dar prazer especial ao olho. O design da cidade é uma arte temporal, no entanto raramente se pode usar uma sequencia controlada, a todo o momento a um cenário ou paisagem para ser explorado.

Para Carlos (2008) a cidade é resultado de um processo histórico da ação dos indivíduos, por isso constitui-se como produto humano e social. Os indivíduos que atuam na cidade têm capacidade de atuar sobre a natureza e transformá-la, portanto, a cidade é uma realização humana.

A cidade é um espaço de vivencia e coletividade, palco das ações humanas, capaz de transparecer valores culturais de um povo. É nosso habitat e contém nossos bem culturais, e como tal deve ser pensada e cuidada (ZIMMERMAN, 2006).

As formas arquitetônicas são importantes para a construção da identidade da cidade, elas asseguram a continuidade do tempo, através da sucessão dos eventos, que mudam o seu sentido. Assim, em cada época, podemos encontrar diferentes elementos urbanos representativos da sua cultura e da sua história. A manutenção desses elementos é importante para a relação do indivíduo com o lugar (SANTOS, 2006).

Lynch (1999) afirma que a cidade não é apenas um objeto percebido, mas também produto de muitos construtores, que por razões próprias nunca deixaram de modificar sua

estrutura, se por um lado ela é estável por um período de tempo, por outro se modifica constantemente nos detalhes.

Para Gonzales (2012) a identidade dos lugares está relacionada a conceitos de origem, podendo ser eles elementos ligados ao bem-estar e segurança, por exemplo, estes se convertem elementos de identidade. Assim imagem de um país, cidade ou bairro é representada pela sua arquitetura.

As praças são espaços permanentes no desenvolvimento da identidade das cidades. Sua função e morfologia estão atreladas aos processos de formação política, social e econômica, praças marcam a estrutura das cidades. Diferenciam-se de outros espaços por constituírem vazios na malha urbana e associadas a conjuntos arquitetônicos, funcionam como pontos de descompressão ao proporcionarem uma ruptura na paisagem conformada pelas edificações. Constituem espaços referenciais, atuando como marcos visuais e como pontos focais na organização da cidade. (CALDEIRA, 2007).

1.3 OS ESPAÇOS PÚBLICOS

A Morfologia Urbana da cidade é determinada por seu traçado, constituído pelo sistema viário, parcelamento do solo, edificações e espaços livres. Percebe-se então, que esses espaços são elementos fundamentais da malha urbana e podem ser representados tanto na esfera privada – recuos, estacionamentos; quanto na pública – praças, parques, ruas, entre outros; sendo produzidos de maneira formal ou informal (NASCIMENTO, 2015).

Segundo Panerai (2006, p. 79) os espaços livres públicos abrangem “a totalidade das vias: ruas e vielas, bulevares e avenidas, largos e praças, passeios e esplanadas”. Dentro do urbanismo o conceito de espaço público está diretamente ligado à apropriação pela sociedade, dos espaços abertos e de uso comum (LEITÃO, 2000).

São locais que se caracterizam por serem abertos, acessíveis e sem exceção para todas as pessoas, assumem inúmeras formas e tamanhos, desde uma calçada até lugares projetados e designados para o uso cotidiano, como praças e parques (ALEX, 2008). O espaço público é antes de tudo um lugar de sociabilidade em que se exercita a arte da convivência e para tal é necessário que se estabeleça a presença de indivíduos (GOMES, 2002).

Borja *apud* Fernandes (2016) reintegra as definições acima, e enfatiza que o espaço público é muito mais do que um espaço vazio entre edifícios e ruas, é um espaço físico

multifuncional que serve de palco à sociedade, como valor simbólico e político onde as relações sociais se estabelecem. O autor afirma ainda que a qualidade da cidade da poderá ser avaliada através do seu espaço público, pois indica a qualidade de vida dos cidadãos, assim contar a história do espaço público é contar a história da própria cidade.

Para Alexander (1977, *apud* Del Rio, 2001) os espaços livres desempenham funções tão importantes quanto o espaço construído, como social, cultural, funcional e higiênica. Sua importância não se dá em termos quantitativos mas de sua relação ao contexto urbanos e das atividades sociais que lá acontecem.

Vieira (2004) reforça o discurso de Alexander e menciona que esses espaços podem assumir diferentes papéis dentro da sociedade e tais funções estão inter-relacionadas ao ambiente urbano, conforme o tipo de uso a que destinam. Assim para o autor a função destas áreas estaria relacionada à função social, ou seja, convívio social e de lazer que essas áreas oferecem à população; função estética, diversificação da paisagem construída e embelezamento da cidade; função ecológica, melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, água e solo; função educativa, possibilidade para o desenvolvimento de atividades educativas, extraclasse e de programas de educação ambiental; e função psicológica, possibilidade de realização de atividades físicas, de lazer e de recreação.

Brandão (2008) estabelece critérios fundamentais que os espaços públicos abranger afim de garantir a vida social dos cidadãos, são eles: identidade, continuidade, permeabilidade, segurança, conforto, apazibilização, mobilidade, acessibilidade, inclusão, coesão social, legibilidade, diversidade, adaptabilidade, resistência, durabilidade e sustentabilidade.

Llardent (1982) para esclarecer os diferentes conceitos entre sistemas de espaços livres, espaço livre e áreas verdes, cita:

Sistemas de espaços livres: Conjunto de espaços urbanos ao ar livre destinados ao pedestre para o descanso, o passeio, a prática esportiva e, em geral, o recreio e entretenimento em sua hora de ócio.

Espaço livre: Quaisquer das distintas áreas verdes que formam o sistema de espaços livres.

Zonas verdes, espaços verdes, áreas verdes, equipamento verde: Qualquer espaço livre no qual predominam as áreas plantadas de vegetação, correspondendo, em geral, o que se conhece como parques, jardins ou praças (LLARDENT 1982, p. 151).

Nesse contexto Lima *et al.* (1994) subdividem as áreas verdes públicas em:

Parque urbano: É uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, no entanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos.

Praça: É um espaço livre público cuja principal função é o lazer. Pode não ser uma área verde, quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada.

Arborização urbana: Diz respeito aos elementos vegetais de porte arbóreo dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas em calçadas fazem parte da arborização urbana, porém não integram o sistema de áreas verde (LIMA *et al.*, 1994, p. 542).

Entende-se assim que os espaços livres públicos são umas das mais importantes atividades de lazer, em alguns lugares são a única opção de espaço recreativo para a população. Além disso são objetos de referencia dentro da cidade, exercendo importante papel na identidade da cidade (ROBBA E MACEDO 2010). Portanto o espaço aberto é componente determinante no desenho da cidade (BENDER, 2016).

1.4 A IMPORTÂNCIA DO PAISAGISMO NA CONCEPÇÃO DE ESPAÇOS

A vegetação urbana é aquela que possibilita que o espaço construído se integre com o jardim, parque ou praça, construindo a paisagem da cidade. As formas que compõem a paisagem devem criar uma continuidade entre o ambiente edificado e o espaço natural permitindo assim uma transição natural (MASCARÓ e MASCARÓ, 2005).

Para Queiroz (2013, p. 01) “o paisagismo é uma especialidade da arquitetura e pode ser definido como a arte e técnica de promover o projeto, planejamento, gestão e preservação de espaços livres”. Gengo e Henkes (2012) entendem o paisagismo urbano como um dos instrumentos que podem ser utilizados para a melhoria da qualidade de vida e conforto ambiental das cidades.

Originalmente considera-se que a paisagem é um elemento a ser construído, é a criação de projetos de áreas verdes, englobando tudo que interfere na paisagem tanto quanto os edifícios e o ambiente urbano, como áreas livres de circulação, lazer, recreação, preservação ambiental, entre outros. As grandes cidades são dependentes do paisagismo, as áreas verdes urbanas são um ajuste para o equilíbrio ecológico (QUEIROZ, 2013, p.05).

Oliveira (2005) considera o projeto paisagístico, em sua amplitude de abrangência e intervenção, é hoje uma necessidade vital para o futuro das cidades, através dela torna-se possível a criação de locais dignos de vivência, moradia e trabalho, com espaços públicos democratizados e qualificados, como lugar de cidadania.

O autor entende ainda o projeto paisagístico como organizador do olhar, como símbolo e referência local, o paisagismo proporciona ainda naturalmente, benefícios ao meio ambiente (OLIVEIRA, 2005).

Segundo Lira Filho (2001) nem tudo pode identificado visualmente, na paisagem nos deparamos com elementos visíveis, os elementos naturais e aqueles construídos pelo homem. E os componentes não-visíveis, ocultos, abstratos, cuja percepção se dá pelas

sensações.

O paisagismo proporciona uma agradável experiência sensorial é capaz de estimular os cinco sentidos do ser humano, além da visão, o paisagismo envolve o olfato, a audição, o paladar e o tato (ABBUD, 2004).

Dependendo das extensões, alturas e luminosidades, cada espaço paisagístico pode transmitir as mais diferentes e contrastantes percepções. Pode sugerir aconchego, bem-estar, paz, surpresa, grandiosidade, beleza e muito mais. E, por isso, dificilmente um jardim pode ser entendido de modo rápido ou de apenas um ponto de vista (ABUDD, 2004, p. 20).

A estrutura verde faz parte da articulação e da composição do espaço urbano. O seu traçado pode ajudar a definir eixos, a criar zonas mais íntimas e a hierarquizar o próprio espaço (PEREIRA, 2008). As árvores, arbustos e outras plantas são elementos de composição que contribuem para organizar, definir e delimitar espaços no desenho urbano e caracterizam os espaços da cidade por suas formas e cores (MASCARÓ e MASCARÓ, 2005). Abbud (2004, p. 19) afirma “a arquitetura paisagística limita e subdivide os espaços.” Entende-se assim que o elemento essencial na sua composição das praças é o verde (GOMES E SOARES, 2003).

As praças ajardinadas nunca devem faltar numa cidade moderna. A sua proporção deve estar em relação com a superfície construída. Para cada duas mil casas deveria existir sempre um parque ou jardim de pelo menos cem metros quadrados; mas é claro que outros, muito maiores, deverão ser construídos nos pontos em que isto for possível. Reservando-se o espaço para estas áreas ajardinadas ao se traçar o plano de uma cidade, o programa não onerará muito a Prefeitura, mas posto em prática, sem esta preliminar, tornar-se-á dispendioso e irrealizável algumas vezes (HOEHNE, 1944, p. 5).

Os projetos de intervenção urbanística devem priorizar a organização do espaço e seu uso racional, deve uniformizar as estruturas e proporcionar a valorização da paisagem. Além disso, deve proporcionar a interação entre os habitantes e o ambiente (MONTENEGRO, 2005).

Para Zein (2006, p.26) “dois conceitos são primordiais para a elaboração do projeto paisagístico: a escala e o caráter. O domínio das diferentes escalas intervenientes no projeto e a caracterização do espaço são a grande conquista do paisagista e a garantia do sucesso do projeto”.

É importante considerar que todas as paisagens podem variar ao longo do tempo, refletindo transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, afinal seus elementos se adaptarão as diferentes necessidades das sociedades e suas gerações (LIRA FILHO, 2001).

1.5 A IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS VERDES PARA A QUALIDADE AMBIENTAL DAS CIDADES

Área verde de domínio público é "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização" (BRASIL, 2006).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2018):

“As áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de áreas intraurbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades. Essas áreas verdes estão presentes numa enorme variedade de situações: em áreas públicas; em áreas de preservação permanente (APP); nos canteiros centrais; nas praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbanas; nos jardins institucionais; e nos terrenos públicos não edificadas” (MMA, 2018, p. 01).

Bargos e Matias (2011) mencionam que os problemas das cidades são reforçados pela falta de planejamento urbano e muitas vezes pela arquitetura inadequada e desvalorização da natureza. Além disso, a falta de planejamento ambiental, por parte dos órgãos públicos, para promover o equilíbrio adequado entre o adensamento urbano e os elementos naturais agravam os problemas (BUCCHERI FILHO E NUCCI, 2006).

Para Fernandes (2012) o conceito de qualidade urbana esta diretamente atrelada ao conceito de qualidade de vida. Assim esse conceito apresenta dois aspectos fundamentais, um ligado aos aspectos do conforto humano e outro ligado aos aspectos de saúde pública e segurança. Portanto existe uma relação indissociável entre fatores físicos, econômicos e sociais, no sistema urbano, nos seus elementos e nas relações que ocorrem entre eles (PARTIDÁRIO, 2000).

Scheuer e Neves (2016) reforçam a consideração de Bargos e Matias, e afirmam que a diminuição do ambiente natural pelo artificial reforça os problemas relacionados às questões socioeconômicas, e provem desequilíbrios ambientais, tais como “diminuição da biodiversidade, alterações das condições climáticas, desconforto térmico, enchentes, poluição (ar, água, solo, sonoro e visual), congestionamentos, risco de acidentes naturais” (SCHEUER E NEVES, 2006, p. 61).

Lima e Amorim (2006) consideram que as áreas verdes públicas são fundamentais para a qualidade ambiental das cidades, assumem um papel essencial de equilíbrio entre o espaço urbano e o meio ambiente. Tais áreas são consideradas indicadoras na avaliação da

qualidade ambiental urbana, pois são obrigatórios por lei e quando não são efetivados, interferem na qualidade do ambiente. A falta de arborização viabiliza possíveis alterações no microclima e pode trazer desconforto térmico, além disso, como essas áreas também assumem papel de lazer e recreação da população, a falta desses espaços interfere na qualidade de vida desta.

Entende-se que a população urbana depende para o seu bem estar, não só de educação, cultura, equipamentos públicos, mas também de um ambiente com qualidade, e a vegetação quando presente, interfere positivamente na qualidade de vida dos habitantes da cidade (LIMA E AMORIM ,2006, p. 01).

Para Guimarães e Inforsato (2011) a qualidade de vida está diretamente ligado ao desenvolvimento sustentável e equilibrado do ambiente. Rossato *et al.* (2008) reforçam que a conservação dos ecossistemas, a sustentabilidade ecológica, a preservação e valorização dos recursos naturais, estão diretamente associados ao nível de satisfação na vida familiar, amorosa, social e ambiental.

Fernandes (2010) reitera o conceito dos autores e entende que:

A qualidade de vida urbana e a saúde dos seus habitantes é em grande medida indissociável da qualidade do ambiente das cidades. São conceitos distintos que se fundem quando se fala em qualidade do espaço público das cidades. O ambiente urbano desempenha um papel fundamental na qualidade de vida, quer ao nível físico, social e mental dos cidadãos. Uma cidade como um ambiente saudável terá, teoricamente, cidadãos mais felizes e saudáveis (FERNANDES, 2012, p. 32)

Oliveira Filho *et al.* (2013) consideram que as áreas verdes nos espaços urbanizados influenciam na qualidade de vida da população, propiciando sombra, conforto térmico, redução da poluição e de ruídos, ameniza o estresse e melhora a estética da cidade, fatores esses decorrentes essencialmente por sua existência.

Conforme aborda Pizzol (2006) a ausência de áreas verdes resultantes de um inadequado planejamento urbano conduzem o cidadão ao sedentarismo, a má saúde, pela deficiência de infraestrutura básica, déficit habitacional, dificuldades de locomoção, entre outros quadros de degeneração socioambiental que afetam a qualidade de vida.

De acordo com Mazzei *et al.* (2007) o planejamento dessas áreas verdes dentro das zonas urbanas tem como objetivo atender as necessidades e expectativas da população, por espaços abertos que proporcionem conservação da natureza, recreação e lazer a todas as faixas etárias e estejam ao alcance de todos.

Scheuer e Neves (2006) argumentam que uma cidade com espaços verdes de qualidade, proporciona um ambiente saudável para os seres humanos e demais formas de vida. Assim “o planejamento adequado objetiva garantir os espaços verdes para as atuais

e futuras gerações” (SCHEUER E NEVES, 2006, p. 67).

Assim Bargos e Matias (2012), entenderam que as áreas verdes são locais ao ar livre na cidade, públicos ou não, com presença de vegetação e com maior parte o solo não impermeabilizado, esses ambientes devem estar disponíveis à toda população, devem atender às necessidades e anseios de lazer, recreação e inter-relação do meio ambiente natural ao meio ambiente humano.

1.6 PRAÇAS

Existem inúmeras definições para o termo praça, mas mesmo havendo divergência, todos os autores concordam e conceitua-la como espaço público e urbano (ROBBA E MACEDO, 2002).

A praça pública é o espaço das afetividades e é nela que acontecem os encontros do cotidiano. Para Lamas (2004) a praça como o lugar público intencional de permanência, de encontro, de comércio e de circulação, funcionando ainda como palco para importantes acontecimentos festivos, comemorações e manifestações, onde a arquitetura assume um lugar de destaque.

Para Marx (1980) a história das praças está diretamente relacionada ao surgimento das cidades, sendo um espaço presente em todas elas. Sempre que surgia uma nova cidade, simultaneamente surgia também uma praça. Assim, a praça está histórica e socialmente situada no contexto da cidade, e, dessa forma seu conceito, usos e funções variam de acordo com as condições econômicas, sociais e políticas vivenciadas ao longo do tempo. “A praça simbolizava a própria cidade, pois era nesse espaço que as atividades cotidianas se desenvolviam” (COULANGES, 1975, p. 106).

As praças sempre desempenharam diversas funções. Definidas como espaços abertos de uso comum, elas são o ponto de encontro social, para realização de espetáculos, ou para a troca de bens e de informação, para as execuções de condenados à morte, para as reuniões públicas e de discursos políticos, para o lazer e para a contemplação (PEREIRA, 2008).

A praça é capaz de se modificar e se adaptar às transformações das cidades, possibilitando apropriações diversas. Essa característica fez com que a praça adquirisse, historicamente, uma diversidade de formas e funções, sem perder sua essência como espaço coletivo (CALDEIRA, 2007).

A autora destaca o desenvolvimento das praças brasileiras, partindo da herança

urbanística ligada ao processo de colonização portuguesa, seguidas por transformações históricas em sintonia com o desenvolvimento político da nação.

Segundo Robba e Macedo (2010) a principal característica das praças colônias brasileiras era a presença de um templo em seu entorno. Posteriormente todos os edifícios importantes da cidade também são implantados em suas imediações.

Com a introdução de novos princípios urbanísticos e a internacionalização de um padrão paisagístico europeu, essas praças começam a receber tratamento de jardim, sendo ornadas com canteiros de árvores e flores. Assim a praça deixa de ser o largo, o terreiro e adro da igreja, como era no período colonial e passa a ser um belo cenário ajardinado, destinado às atividades de recreação, lazer contemplativo, a convivência da população e passeio (ROBBA E MACEDO, 2010).

Figura 01: Praça Colonial Brasileira - Terreiro de São Francisco, Salvador - BA



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br>, acesso 03 de abril de 2018.

Figura 02: Praça Ajardinada - Praça Marechal Deodoro, Porto Alegre - RS



Fonte: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br>, acesso 03 de abril de 2018.

Ainda segundo os autores a partir de 1940 que começam a surgir os primeiros sinais de mudança na concepção dos espaços livres no Brasil. Sob forte influência de arquitetos modernistas brasileiros, Roberto Burle Marx, Thomas Church e Garret Eckb, esses espaços sofrem alterações em seus programas (ROBBA E MACEDO, 2010).

A partir desse período surge um novo pensar sobre a cidade e suas estruturas, como praças, vias e ruas. Desenvolve-se uma gama de teorias e propostas que evidenciam diferentes abordagens sobre o espaço praça. Observa-se a ruptura com o conceito de espaço urbano tradicional a partir da introdução do conceito de espaço livre. O espaço da praça aparece englobado na visão macro de uma cidade ideal. Formulam-se então espaços dedicados ao convívio perfeito, ao lazer e à prática de exercícios (CALDEIRA, 2007).

Figura 3: Praça Moderna - Praça da Sé, São Paulo -SP



Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br>, acesso 03 de abril de 2018.

Para Marx:

A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem numero de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava-lhes os edifícios, acolhia os frequentadores (MARX, 1980, p.50).

Segundo Viero e Filho (2009, p. 01) “a praça pode ser definida, de maneira ampla, como qualquer espaço público urbano, livre de edificações que propicie convivência e/ou recreação para os seus usuários”. Para Lamas (2000) a praça é um elemento morfológico das cidades ocidentais, que distingue-se dos demais espaços, pela organização espacial e intencionalidade no espaço. A praça caracteriza-se pelo desenho de uma forma e de um programa, é um lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos e manifestos. É um elemento de grande permanência na cidade.

Alex (2008) apresenta a praça não apenas como um espaço físico aberto, mas também como um centro social integrado a malha urbana, com seu valor histórico e continua participação na vida da cidade, deve levar em consideração a relação com a vizinhança a cidade e a sociedade como um todo.

Para Saldanha (1993) não há um único modelo de praça, nem mesmo uma única concepção, portanto, não poderá ser destinado para este espaço uma única função, ou um único uso, sendo, então, esses usos múltiplos e diversos. Assim, a praça é um espaço privilegiado nas suas mais diferentes perspectivas, e não pode ser concebida apenas na sua dimensão física, na sua forma, pois, o seu significado é social.

A beleza de uma praça é constituída a partir da história que ela carrega, de seu desenho paisagístico e de seu conjunto urbanístico. A integração entre morfologia, estética e apropriação é que permite a formação de praças, como espaços simbólicos, lugares de memória, alma da cidade (CALDEIRA, 2007).

1.6.1 Acessibilidade

A qualidade de vida numa cidade pode ser avaliada pelo nível de acessibilidade no espaço público (PEREIRA, 2008). “A condição primordial para o uso da praça é a acessibilidade, entrar em um lugar é a condição inicial para poder usá-la” (ALEX, 2008, p.25).

Segundo Müller (2002) as entradas, as passagens e as comunicações entre diferentes espaços devem ser igualmente partilhadas por todos, sem exceção. Assim uma boa acessibilidade consiste em criar boas condições, a todos os utilizadores, portadores de deficiências físicas, idosos e crianças.

O convívio social no espaço público está intimamente relacionado as oportunidades de acesso e uso, o que depende de um desenho “interno” coerente e de um desenho “externo” - as ruas e o tráfego da área – adequado. A articulação com o tecido urbano, isto é, a conexão entre os espaços urbanos variados, da praça e do entorno, é uma das suas funções originais e essenciais (ALEX, 2008, p.126).

Ainda segundo o autor é necessário então que o desenho arquitetônico elimine barreiras que impeçam ou dificultam o atravessamento ou percurso contínuo no espaço público. Tais medidas se refletem na proibição do tráfego em algumas zonas da praça, limites de velocidade para os veículos, limitação da zona de estacionamento, no rebaixamento do meio-fio do passeio, na utilização de rampas em detrimento de escadas (MÜLLER, 2002).

Stephen Carr (1995 apud ALEX, 2008) apresenta três tipos de acesso ao espaço público: físico, visual e simbólico. Os três acessos combinados podem tornar o espaço mais ou menos convidativo para o uso.

Acesso físico refere-se à ausência de barreiras espaciais ou arquitetônicas (construções, plantas, água, etc) para entrar e sair de um lugar. No caso do espaço público, devem-se considerar também a localização das aberturas, as condições de travessia das ruas e a qualidade ambiental dos trajetos. Acesso visual, ou visibilidade, define a qualidade do primeiro contato, mesmo a distância, do usuário com o lugar. Perceber e identificar ameaças potenciais é um procedimento instintivo antes de alguém adentrar qualquer espaço. Uma praça no nível da rua, visível de todas as calçadas, informa aos usuários sobre o local e, portanto, é mais propícia ao uso. Acesso simbólico ou social refere-se à presença de sinais, sutis ou ostensivos, que sugerem quem é e quem não é bem-vindo ao lugar. Porteiros e guardas na entrada podem representar ordem e segurança para muitos e intimidação e impedimento para outros. Construções e atividades também exercem o controle social de acesso, principalmente aos espaços fechados, em que decoração, tipos de comércio e política de preços são frequentemente conjugados para atrair ou inibir determinados públicos. Sendo assim, os três tipos de acesso podem ser combinados para tornar um espaço mais ou menos convidativo ao uso (ALEX, 2008, p.25).

A Lei Federal nº 10.098, estabelece critérios básicos para a promoção da acessibilidade, para pessoas portadoras de deficiências ou como mobilidade reduzida e determina a suspensão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, bem como no mobiliário urbano. E classifica acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000, p.01).

1.6.2 Mobiliário Urbano

O termo mobiliário urbano é usado para identificar os objetos e pequenas construções que ocupam um espaço sobre as calçadas, atendendo a um objetivo estético ou funcional. Alguns objetos surgem no espaço público com a intenção de embelezar o local, como às floreiras, as esculturas e os painéis artísticos. Já outros mobiliários estão vinculados à prestação de serviços, com características específicas que atendem as necessidades comuns de todo cidadão urbano, como os bancos, os bebedouros, as lixeiras, os pontos de ônibus e os telefones públicos (TESSARINE, 2008).

De acordo com Montenegro (2005) o mobiliário urbano caracteriza-se como elementos destinados a oferecer comodidade e conforto aos cidadãos, principalmente aos pedestres, além disso, ele compõe o ambiente em que estão inseridos. Sendo assim arte do desenho urbano das cidades, interagindo com seus usuários e com o contexto

sociocultural e ambiental

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define mobiliário urbano como “todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados” (NBR 9283).

A valorização do espaço público de uma cidade, bem como sua identidade visual mesma é caracterizada pelo mobiliário urbano e o padrão de qualidade dos mesmos, sendo que estes devem atender de forma satisfatória as necessidades dos usuários (GARCIA *et al.*, 2014).

Para de De Angelis e De Angelis Neto (2000) o mobiliário urbano não deve estar isolado no espaço, mas sim inserido em um contexto mais amplo e não ser apenas um elemento de decoração.

As exigências do progresso, a complexidade da trama urbana, o surgimento de novas atividades, o avanço de novas tecnologias e a demanda por novos serviços têm provocado mudanças nas cidades, convertendo-as em território de máxima concentração de informação e de acessibilidade (DE ANGELIS E DE ANGELIS NETO, 2000, p. 1450).

De acordo com Mascaró e Mascaró (2008) o mobiliário urbano fica exposto às intempéries, por isso deve ser feito com materiais resistentes. Devem ser evitados os materiais facilmente danificados, recomenda-se o uso de ferro, madeiras, fibras e concreto, de acordo com a localização.

1.6.3 Iluminação

Os projetos de iluminação dos espaços públicos devem fornecer a todos os seus usuários segurança, conforto, alta eficiência e respeito ao meio ambiente. O espaço arquitetônico é percebido e apreciado basicamente pelo seu aspecto visual, assim a utilização desses espaços somente será satisfatória se houver iluminação adequada. (SANTOS, 2005).

Segundo Toledo (2008) a iluminação pode valorizar a paisagem natural e urbana. A iluminação artificial permite a revitalização da imagem do lugar, do edifício, do monumento, da via. O projeto de iluminação deve valorizar a visão noturna e diurna do espaço, deve integrar a luz natural e a luz artificial.

Narbori (2004, p. 30) argumenta que “o projeto de paisagismo pode ser compreendido como uma função entre a iluminação diurna e noturna”. Assim a paisagem

não seria concebida como meramente iluminada, mas sim com projetada através da iluminação, com a luz exercendo o papel principal.

Para Santos (2005) o projeto de iluminação além de garantir a segurança, deve também evitar a fadiga visual, adotando medidas contra o ofuscamento e pela manutenção da uniformidade. A escolha das lâmpadas deve considerar a reprodução de cores. O projeto deve ser ecologicamente correto, utilizando luminárias energeticamente eficientes, sem causar poluição luminosa.

1.6.4 Pavimentação

O pavimento da praça, essencialmente dos seus percursos para pedestres é um aspecto fundamental, não apenas pela durabilidade da estrutura, mas também para os aspectos de segurança e conforto dos utilizadores (PEREIRA, 2008).

Para Pimenta (2008) a seleção do tipo de pavimento a usar no espaço público deve considerar, principalmente, requisitos exigidos pelos seus usuários. Neves (2005) afirma que o material atenda às diferentes necessidades e variados tipos de utilização, é necessário que os materiais atendam “ao desempenho estrutural, como a capacidade de suporte para cargas, e ao desempenho funcional, como a manutenção, conforto, segurança e eficiência.

Assim a escolha do material a ser utilizado na pavimentação é essencial, uma vez que sua consistência e durabilidade dependem disso. Além de aspectos como cor, textura, tamanho, bem como a relação com os demais elementos do projeto (PIMENTA, 2008).

Ainda segundo Pimenta (2008) é possível listar os aspectos mais importantes a ter em conta na escolha de pavimentos para o espaço público: Aspectos funcionais – resistência, aderência, permeabilidade, desgaste, conforto do utilizador e manutenção; Aspectos estéticos – estereotomia, padrão, textura e cor.

2 CORRELATOS

Neste capítulo serão retratados os correlatos que serviram de base para desenvolvimento da proposta de Restruturação para a Praça Valentin Klein no município de São Martinho - RS. Esses correlatos auxiliam o desenvolvimento do projeto arquitetônico e paisagístico na parte funcional, formal e estética, além de auxiliarem na implantação de soluções e materiais que valorizem e atendam as necessidades do projeto.

2.1 PRAÇA GOVERNADOR CELSO RAMOS - FLORIANÓPOLIS- SC

A Praça Governador Celso Ramos, na cidade de Florianópolis- SC possui 15.803m², localiza-se na Avenida Jornalista Rubens Arruda Ramos, número 850, no bairro Agrônômico. O local foi revitalização no ano de 2010 e antes disso possuía algumas árvores, bancos e um campo de futebol, que era a principal área de lazer e ponto de encontro dos moradores da região, mais especificamente, dos morros do entorno (CORREA, 2014).

2.1.1 Aspecto Funcional

O ponto de partida do projeto arquitetônico foi à reclamação dos moradores em relação à segurança, assim obscuros e esconderijos existentes foram eliminados por meio da retirada de todos os arbustos e herbáceas volumosas (CORREA, 2014).

Segundo Correa (2014) com o objetivo de promover um maior fluxo de pessoas na praça e “fazer com que a população e os moradores envolvidos entendam o espaço como uma extensão de sua casa e, desta forma, nos ajudem a preservá-la” (CORREA, 2014, p. 27), foram criados alguns bolsões no passeio. A praça possui como ponto de referência, uma pequena edificação junto à Rua Frei Caneca, conhecida popularmente como castelinho.

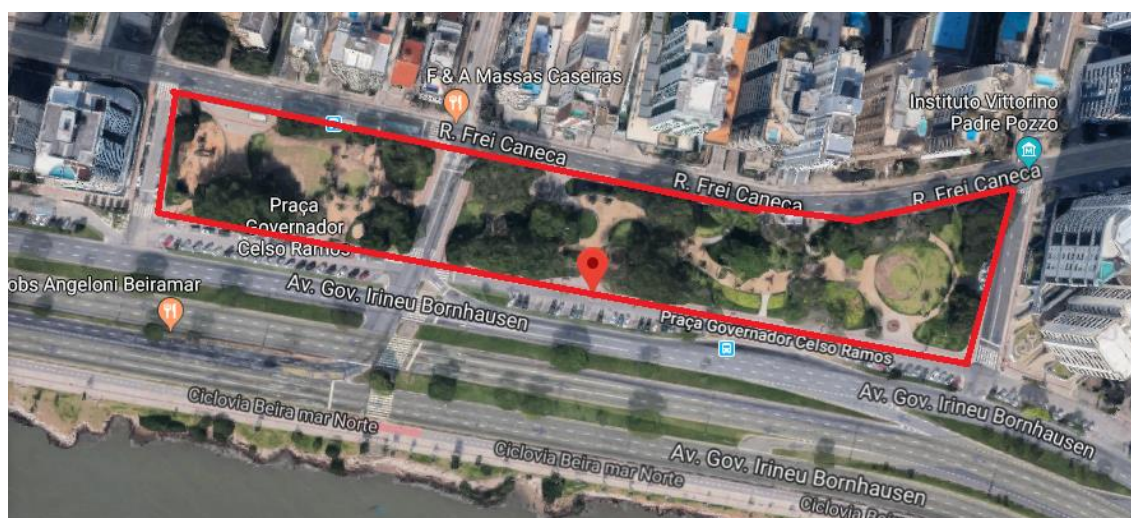
Através das imagens percebe-se o traçado orgânico e dinâmico da praça, o que lhe confere um movimento visual. Na setorização da praça, do lado sul estão implantados os parque infantil e a academia ao ar livre. No centro áreas de passeio e descanso. No sudeste um parque infantil.

Figura 4 : Praça Governador Celso Ramos antes da Revitalização



Fonte: geo.pmf.sc.gov.br com adaptações da autora, acesso em 09 de maio de 2018.

Figura 5: Praça Governador Celso Ramos após a Revitalização



Fonte: Google Maps com adaptações da autora, acesso em 09 de maio de 2018.

2.1.2 Aspecto Formal

Como a praça encontrava-se abandonada e com inundações, a empresa responsável pela revitalização ficou responsável pela sua manutenção e higiene, assim após as obras a praça ficou com jardins e passeios limpos e bem cuidados. O parque infantil que não atendia as normas de segurança recebeu equipamentos novos (CORREA, 2014).

Figura 6 e 7: Parque Infantil e Jardins



Fonte: WOA Empreendimentos Imobiliários, acesso 20 de maio de 2018.

2.1.3 Aspecto Ambiental

Toda a vegetação arbórea foi preservada e utilizada no projeto dos canteiros de herbáceas forragivas, formando assim um desenho orgânico.

Figura 8 e 9: Vegetação

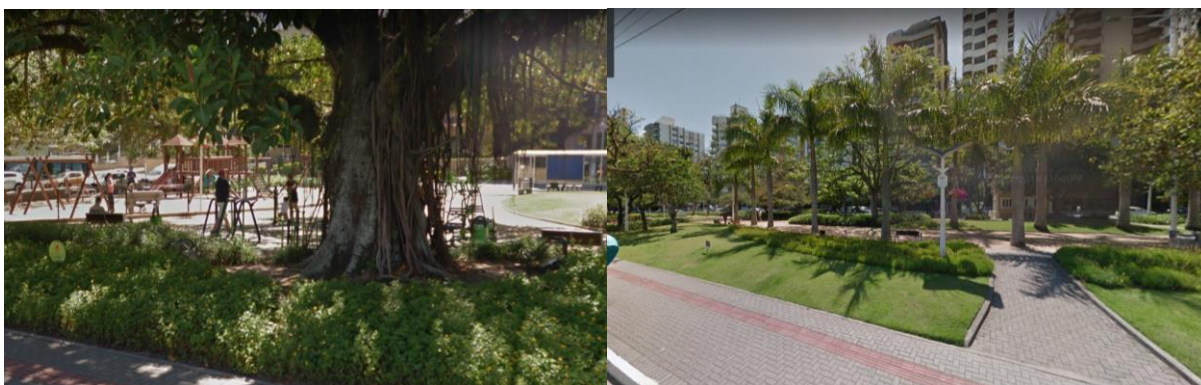


Fonte: WOA Empreendimentos Imobiliários, acesso 20 de maio de 2018.

2.1.4 Aspecto Técnico Construtivo

A empresa responsável pela revitalização, investiu em todo o mobiliário urbano, como lixeiras, bancos, bicicletários, mesas para jogos e orelhões. A iluminação foi outro ponto valorizado no projeto, pois além da colocação de novos postes, também foi utilizada a iluminação cênica nas árvores mais imponentes (CORREA, 2014).

Figura 10 e 11: Mobiliário Urbano



Fonte: Google Maps, acesso 20 de maio de 2018.

2.1.5 Análise do Correlato

A obra em questão foi escolhida, com o objetivo de enfatizar a importância do cuidado e manutenção das praças públicas. A praça era antes da revitalização um local abandonado, no qual os moradores do local não sentiam-se seguros em utiliza-la, devido a falta de iluminação adequada, falta conservação e limpeza. O intuito da revitalização foi fazer com que a população se apropriasse desse lugar público e utilizasse tudo o que o ele oferece, assim foram implantados, parques infantis, academia, áreas de lazer e descanso.

2.2 PRAÇA COLINAS DE ANHANGUERA – SANTANA DE PARNAÍBA – SP

A Praça Colinas de Anhanguera, localizada em Santana de Parnaíba –SP, possui 21.600 m², foi o projeto vencedor no Concurso - Praça Colinas de Anhanguer, projetada pela HUS Arquitetura, Urbanismo e Desenho da Paisagem, no ano de 2011 (HELM, 2012).

Localizada em um bairro isolado e carente de equipamentos de lazer o objetivo do projeto é fazer com que uma praça se torne um elemento de ligação física e social do tecido urbano, reorganizando o seu traçado, qualificando os espaços públicos e potencializando o uso destes (HELM, 2012).

Figura 12 e 13: Praça Colinas de Anhanguera- SP



Fonte: www.archdaily.com.br, acesso: 07 de maio de 2018.

2.2.1 Aspecto Funcional

Segundo os autores do projeto o que definiu a setorização do projeto, foi à localização do terreno que se estende de uma área de movimentado trânsito e comércio até a região residencial (HELM, 2012).

Assim ao norte, o local destinado ao encontro, manifestações públicas, feiras e shows, e ao sul, a área de caráter mais esportivo e de passeio. A implantação de um palco elevado coberto, palmeiras e a marca registrada do projeto, jatos d'água, que em dias quentes oferece uma divertida opção de lazer (HELM, 2012).

Ao sul implanta-se o ponto de apoio à administração, com sanitários, bicicletário, posto da guarda municipal e salões de apoio que poderão abrigar atividades comunitárias, programas culturais e esportivos, com duas quadras poliesportivas, pista de skate, parque infantil, mesas de jogos, ginástica, e uma ciclovia que abraça o setor (HELM, 2012).

Figura 14 : Localização



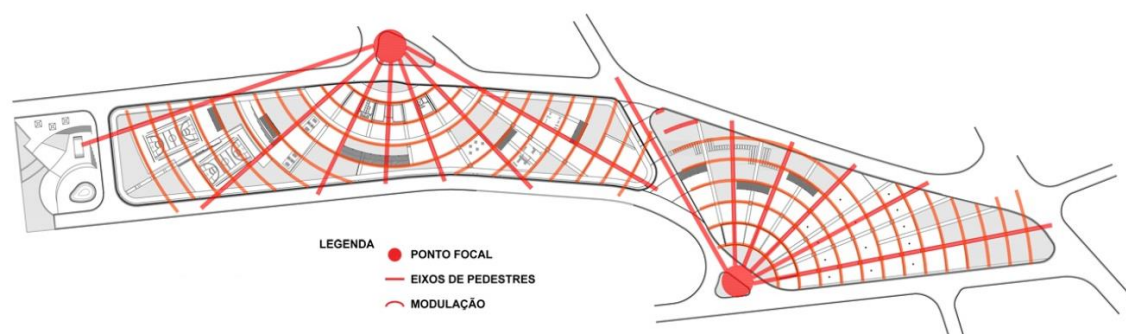
Fonte: www.archdaily.com.br, acesso: 07 de maio de 2018.

Figura 15 : Edificações

Fonte: www.archdaily.com.br, acesso: 07 de maio de 2018.

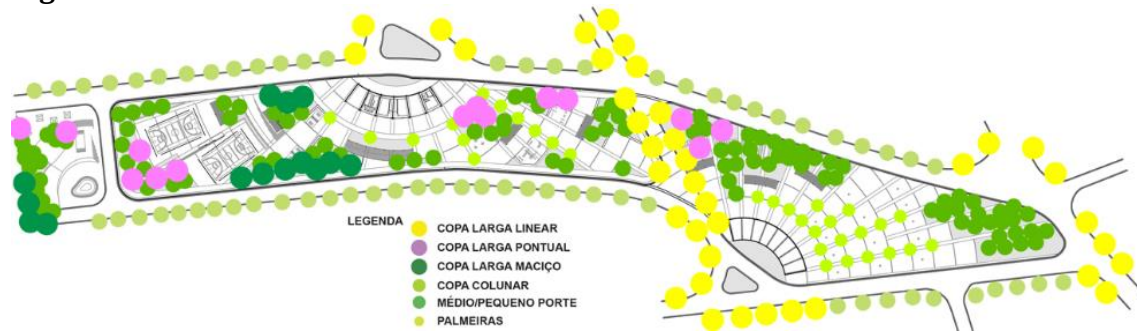
2.2.2 Aspecto Formal

Partindo dessa setorização, foram eleitos em cada setor pontos focais, localizados nas principais vias de acesso. Tais pontos são marcados por coberturas semicirculares que abrigam os equipamentos. A partir desses pontos focais, surgem eixos expressos por desenhos no piso e pela disposição das palmeiras, assim a praça se configura e organiza em espaços abertos, vegetação e equipamentos (HELM, 2012).

Figura 16: Partido 1

Fonte: www.archdaily.com.br, acesso: 07 de maio de 2018.

Para garantir uma uniformidade espacial ao seu entorno, foi criado um envelope arbóreo. Assim, toda a calçada periférica, junto às edificações existentes, foi arborizada com duas espécies nativas: há norte, o Pau-formiga (*Triplaris americana*) e no sul o Pau-mulato (*Calycophyllum spruceanum*). A escolha se deveu principalmente pela conformação colunar de suas copas, a qual se adequa a situações de pouca área espacial e ao sistema radicular, que se desenvolve de forma profunda, não danificando as calçadas (HELM, 2012).

Figura 17: Partido 2

Fonte: www.archdaily.com.br, acesso: 07 de maio de 2018.

2.2.3 Aspecto Ambiental

A proposta do projeto busca a sustentabilidade, com um sistema de reuso da água, dos jatos d'água e também a coleta de água da chuva, para reutilização na irrigação do plantio e lavagem de pisos (HELM, 2012).

Parte dos pisos serão pavimentados com piso semi-permeável, de forma a não comprometer a capacidade de drenagem natural da área, uma vez que o projeto possui uma grande área de piso, para oferecer o máximo de aproveitamento por parte dos usuários (HELM, 2012).

Figura 18: Permeabilidade

Fonte: www.archdaily.com.br, acesso: 07 de maio de 2018.

2.2.4 Aspecto Técnico Construtivo

Segundo Helm (2012) para ressaltar elementos do paisagismo serão implantados pontos de luz em baixo dos bancos e balizadores na altura dos pedestres. Além disso, para tornar o local mais atrativo no período na noite serão colocados postes de luz que possam atender as diferentes escalas de iluminação.

Para minimizar a manutenção e consequentemente os custos, todo mobiliário urbano foi projetado para uma execução simples e barata. Assim os bancos são elementos fixos em

concreto moldado in loco, os pergolados deverão ser construídos em madeira certificada e os postes e tótems são em aço inoxidável (HELM, 2012).

2.2.5 Análise do Correlato

O projeto da Praça Colinas de Anhanguera, é uma proposta cujo seu valor social é de enorme importância, por se tratar de um bairro carente e isolado. Através de um amplo programa de necessidades, que inclui quadras esportivas, programas sociais e culturais, parque infantil, pista de skate entre outros, o projeto busca a potencialização do uso do local pela população. A proposta apresenta ainda uma ótima solução estética e sustentável.

2.3 PIAZZA FONTANA A QUINTO DE STAMPI – MILÃO- ITÁLIA

A Piazza Fontana a Quinto de Stampi está localizada na cidade de Rozzano, Milão, Itália. Projetada pelo Lambics¹ foi projetada nos anos de 2006 e 2007 e construída no ano de 2009, possui uma área de 6.200 m². O design da praça surgiu da ideia de criar um lugar com uma identidade única multiuso, assim criou-se um espaço que pode ser usado para uma série de atividades espontâneas (CLEMENTE e ISIDORI, 2009).

Figura 19 e 20: Piazza Fontana a Quinto de Stampi - MILÃO



Fonte: www.domusweb.it, acesso: 08 de maio de 2018.

2.3.1 Aspecto Funcional

A Piazza Fontana foi concebida como um espaço multiuso para os moradores de Rozzano, o local escolhido para a implantação da praça é formado por dois terrenos, um antigo

¹“A Labics foi fundada em 2002 por Maria Claudia Clemente, Francesco Isidori e Marco Sardella, com o objetivo de transmitir, sob um único nome, arquitetos, artistas e designers que se reconhecem em um projeto comum de experimentação no campo da arquitetura. A pesquisa em Labics tende a uma arquitetura capaz de superar a condição de um objeto singular, em direção a uma arquitetura que se torna território, fundo e estrutura.” Fonte: www.italian-architects.com/labics-roma

estacionamento e uma área com vegetação (NDGA, 2016).

A partir da análise das plantas baixas pode-se observar que a malha geométrica define a setorização da praça. Nos retângulos estão distribuídos em harmonia a vegetação, as flores, os arbustos, as árvores, os espelhos d'água, a pavimentação em pedras claras, escuras, concreto e madeira, os bancos, as áreas de lazer e os elementos simbólicos.

Figura 21: Implantação

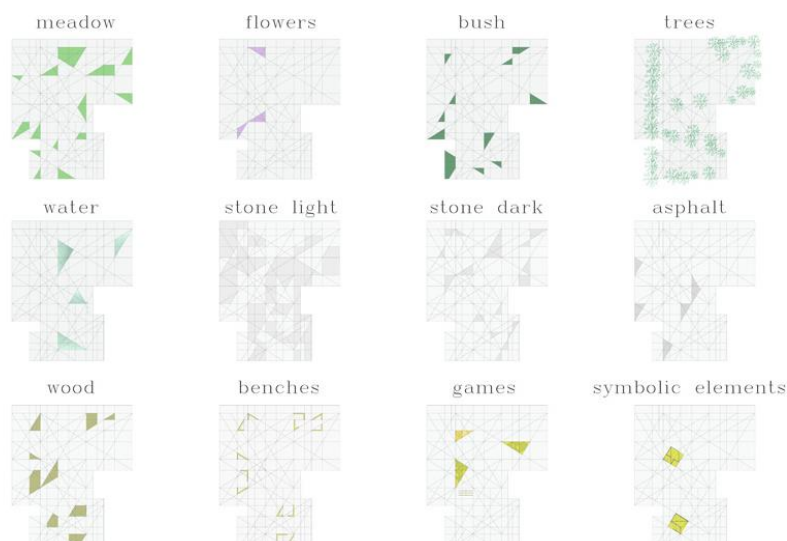


Fonte: archello.com, acesso: 08 de maio de 2018.

Figura 22: Implantação



Fonte: archello.com, acesso: 08 de maio de 2018.

Figura 23: Setorização

Fonte: archello.com, acesso: 08 de maio de 2018.

2.3.2 Aspecto Formal

O objetivo do projeto é criar uma harmonia entre o natural e artificial (CLEMENTE e ISIDORI, 2009). Segundo o NDGA (2016), o padrão geométrico com a proporção do “Retângulo de Ouro”, que determina a dimensão de cada elemento, criando uma paisagem flexível que garante integração e equilíbrio ao espaço.

Dentro desse layout geométrico, foi introduzido dobras no chão, produzindo uma modelagem tridimensional no solo, com dois objetivos produzir em cada zona seu próprio caráter espacial e enfatiza as tensões espaciais pré-existentes, introduzindo novas ao mesmo tempo (CLEMENTE e ISIDORI, 2009).

Figura 24: Padrão Geométrico

Fonte: archello.com, acesso: 08 de maio de 2018.

Figura 25 - Topografia



Fonte: archello.com, acesso: 08 de maio de 2018.

2.3.3 Aspecto Ambiental

A praça possui um paisagismo convidativo e flexível, assim as espécies foram selecionadas para garantir uma mudança tonalidades nas cores da praça ao longo do ano, como cerejeiras, pereiras e acácias, que apresentam drásticas mudanças de acordo com a estação do ano (JUCHEM, 2013).

Figura 26: Vegetação



Fonte: www.landezine.com, acesso: 08 de maio de 2018.

FIGURA 27: Vegetação



Fonte: <http://www.landezine.com>, acesso: 08 de maio de 2018.

2.3.4 Aspecto Técnico Construtivo

Conforme Clemente e Isidori (2009) os retângulos ortogonais definem as superfícies naturais e artificiais, que incluem água, pedra madeira, arbustos e gramados. A pavimentação é formada por materiais que variam de pedras locais até madeira iroko e concreto (JUCHEM, 2013).

O mobiliário urbano, como bancos, postes de iluminação e um pavilhão com ponto de informações instalado na praça, proporcionam espaços para brincadeiras, descanso e interação (JUCHEM, 2013).

Figura 28: Superfícies



Fonte: www.landezine.com acesso: 08 de maio de 2018.

Figura 29: Mobiliário Urbano



Fonte: www.landezine.com, acesso: 08 de maio de 2018.

2.3.5 Análise do Correlato

O objetivo da Piazza Fontana a Quinto de Stampi é criar uma harmonia entre o natural e artificial, e esse é o principal motivo da sua escolha. A praça é formada por triângulos, que

além de determinarem toda a setorização da praça, também definem todo desenho da pavimentação, definindo as superfícies naturais e artificiais. Outro ponto importante é a vegetação escolhida para praça, que permite que durante todo ano a praça tenha diferentes tonalidades.

3 DIRETRIZES PROJETUAIS

3.1 MUNICÍPIO DE SÃO MARTINHO-RS

O município de São Martinho está localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, pertencente a região celeiro, distante 465 km da capital Porto Alegre. Possui uma área 172 km², com altitude de 456 metros acima nível do mar, latitude de 27° 42' 09" e longitude de 50° 58' 30" (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO, 2018).

Os aspectos geográficos, terrenos pouco acidentados, solo fértil, terra barata e fácil de trabalhar, pouco mato, em sua maioria macega, atraíram os primeiros imigrantes e entre 1939 e 1940 os primeiros colonos começaram a chegar, eram em sua maioria de origem alemã (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO, 2018).

Figura 30: Localização do município de São Martinho



Fonte: Autora, 2018.

Figura 31: Perímetro do município de São Martinho



Fonte: Google Maps, acesso em 09 de maio de 2018.

São Martinho é conhecido como a Cidade das Flores e seu nome originou-se do padroeiro do município São Martinho. A base econômica do município é agricultura. Segundo o censo do IBGE no ano de 2010 o município possui 5.773 habitantes, destes 2.332 habitantes correspondem a população rural e 3.441 habitantes a população urbana do município. (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MARTINHO, 2018).

Figura 32: Pórtico de acesso há cidade de São Martinho



Fonte: www.saomartinho.rs.gov.br, acesso em 11 de maio de 2018.

Figura 33: Vista aérea da Cidade



Fonte: www.regiaoceleiro.com.br, acesso em 11 de maio de 2018.

3.2. PRAÇA VALENTIN KLEIN

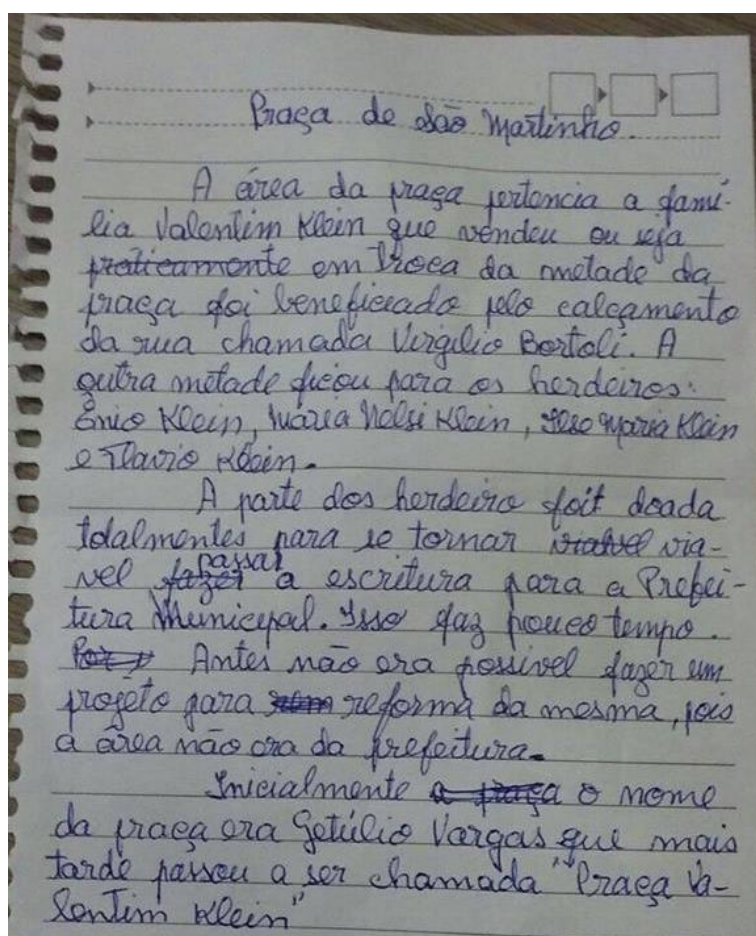
3.2.1 História

Conforme relato manuscrito de uma das filhas do senhor Valentin Klein, Ilse Maria Klein (2018), parte do terreno para construção da praça foi doado pelo seu pai para a prefeitura municipal, em contrapartida a prefeitura pavimentaria a Rua Virgílio Bortoli, a outra parte do terreno onde foi implantada a praça ficou pertencendo aos seus filhos.

Como a área total da praça não pertencia prefeitura, não era possível fazer nenhum um tipo de reestruturação em sua extensão, pela inexistência de escritura, assim há pouco tempo a área que pertencia aos herdeiros foi doada integralmente para prefeitura.

Inicialmente a praça chama-se Praça Getúlio Vargas e posteriormente no ano de 1989 como forma de homenagem ao Valentin Klein, à praça passou a se chamar Praça Valentin Klein.

Figura 34: Carta Manuscrita



Fonte: Autora, 2018.

3.2.2 Localização

O local onde está implantada a Praça Valentin Klein, utilizado para a elaboração da proposta projetual de reestruturação, está localizado na área central da cidade, em frente à Igreja Católica, na Avenida Getúlio Vargas. O entorno da praça escolhida possui diversos tipos de uso como residencial, comercial e de prestação de serviços. Todas as edificações em seu entorno são térreas ou com o máximo de dois pavimentos.

Figura 35: Localização da Praça Valentin Klein



Fonte: Google Maps, acesso em 09 de maio de 2018.

3.2.3 Levantamento Físico

A Praça Valentin Klein é o principal espaço público de lazer no município, atualmente a praça não proporciona condições apropriadas para o uso, tais como acessibilidade, mobiliário urbano, iluminação, banheiros, quadra de esportes e playground e manutenção adequados.

Figura 36: Vista Norte da Praça

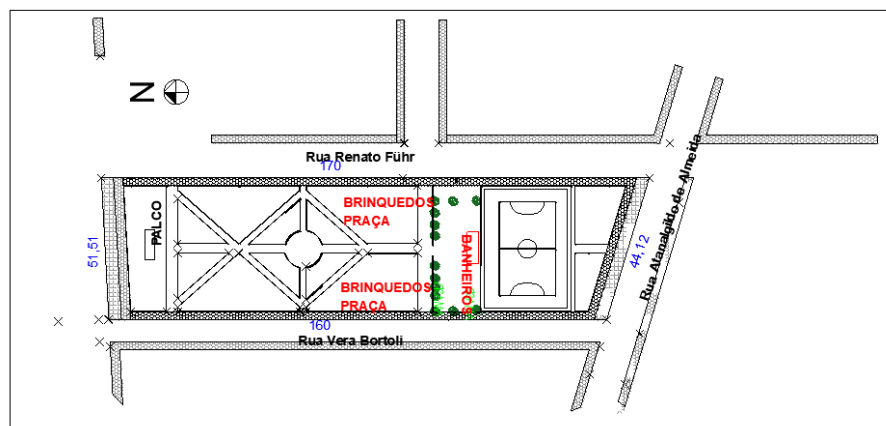


Fonte: Autora, 2018.

O terreno possui forma retangular com uma área de 6.594,34 m² na área urbana. Não existem registros do responsável pelo projeto da praça, nem pelo conceito usado para a

implantação da mesma, no entanto através da planta baixa e das fotos, observa-se que é a praça é desenvolvida por formas geométricas que não se repetem.

Figura 37: Planta Baixa da Praça



Fonte: Projeto cedido pela Prefeitura de São Martinho com adaptações da autora, 2018.

3.2.3.1 Topografia

A topografia da praça é regular, seguindo o mesmo nível da Avenida Getúlio Vargas, com exceção da quadra de esportes. Porém os acessos a Praça pelas Ruas Vera Bortoli e Atanagildo de Almeida, que estão em níveis diferentes, ocorrem através de escadas.

Figura 38: Vista central da Praça



Fonte: Autor, 2018.

Figura 39 e 40: Acesso pela Rua Vera Bortoli



Fonte: Autor, 2018.

Figura 41: Acesso pela Rua Atanalgildo de Almeida



Fonte: Autor, 2018.

3.2.3.2 Mobiliário Urbano

Para De Angelis e De Angelis Neto (2000) “ao se pensar em uma praça, surge como uma das primeiras associações de idéias o descanso, o sentar-se, o conversar, contemplar ou, simplesmente, tomar sol”.

A Praça Valentin Klein possui vários bancos em seu interior, todos de concreto, propiciando essa ideia de descanso acima citada, no entanto a grande maioria destes precisa de manutenção.

Há não muito tempo é que se descobriu o “poder mágico” da luz para definir o espaço. Luminárias iluminam edifícios circundantes às praças com focos de luz direcionados, fazendo com que o perímetro dessas seja realçado e melhor delimitado. As árvores, o pavimento e o resto do mobiliário passou a ser compreendidos em outra dimensão, de acordo com a qualidade da luz. O esmero na criação não reside somente na luminária, mas também no desenho do poste que a sustenta, pois é sabido que durante o dia essa estrutura é um elemento a mais a ser contemplado, o que permite melhorar qualitativamente o cenário urbano (DE ANGELIS E DE ANGELIS NETO, 2000, p.1451).

Percebe-se assim que a importância da iluminação adequada, tanto em ambientes internos quanto externos, tem ficado cada vez mais evidente. Nas praças a iluminação adequada além de valorizar o ambiente, também oferece a população maior segurança. No entanto a Praça Valentin Klein, não oferece aos seus usuários o número de luminárias necessárias para o conforto e segurança dos mesmos em seu interior, além disso o parque infantil, os banheiros e a quadra de esportes não possuem nenhuma iluminação. Somado a isso uma completa desvalorização do ambiente.

Figura 42 e 43: Bancos da Praça e Iluminação



Fonte: Autor, 2018.

No parque infantil os brinquedos são de ferro e muitos deles não estão em condições de uso, oferecendo riscos as crianças.

Figura 44: Parque Infantil



Fonte: Autor, 2018.

A quadra de esportes não tem manutenção adequada e hoje não é utilizada pela população. Além disso, os banheiros da praça encontram-se totalmente degradados, sem acessibilidade e higiene adequada. O número de lixeiras na praça não é suficiente e bebedouros não existem.

Figura 45: Quadra de Esportes



Fonte: Autor, 2018.

Figura 46: Banheiro



Fonte: Autor, 2018.

3.2.3.3 Vegetação

A praça possui em seu interior grande massa vegetal, composta por árvores de pequeno e médio porte. Nos canteiros identifica-se a presença de vegetação rasteira do tipo grama, além de arbustos, flores e vegetação de médio porte.

Figura 47 e 48: Vegetação

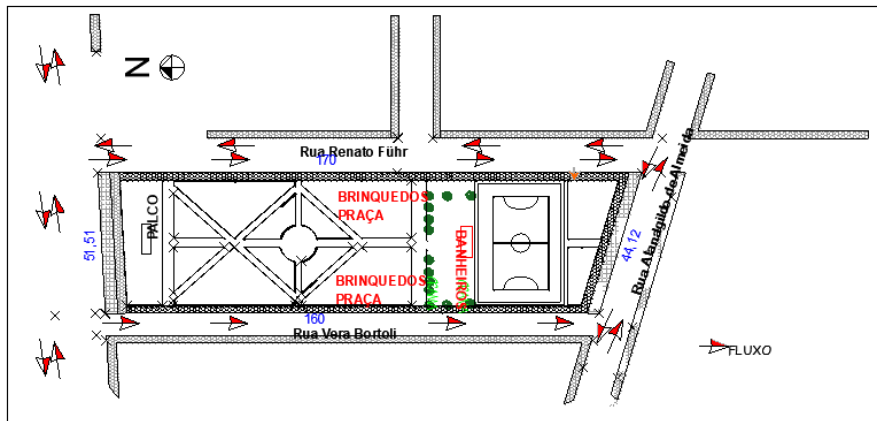


Fonte: Autor, 2018.

3.2.3.4 Fluxo

As vias no entorno da praça, são todas revestidas com asfalto. Todas as ruas possuem mão dupla exceto a Rua Vera Bortoli. O lado norte da praça possui um fluxo moderadamente maior por se tratar da Avenida principal da cidade.

Figura 49: Fluxo

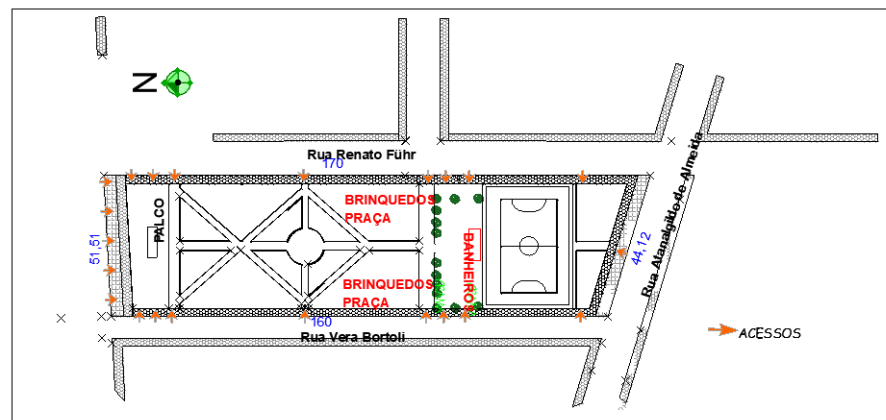


Fonte: Projeto cedido pela Prefeitura de São Martinho com adaptações da autora, 2018.

3.2.3.5 Acessos

A praça possui diversos acessos em todas as ruas, mas devido a diferenças dos níveis das Ruas Vera Bortoli e Atanagildo de Almeida nem todos são acessíveis.

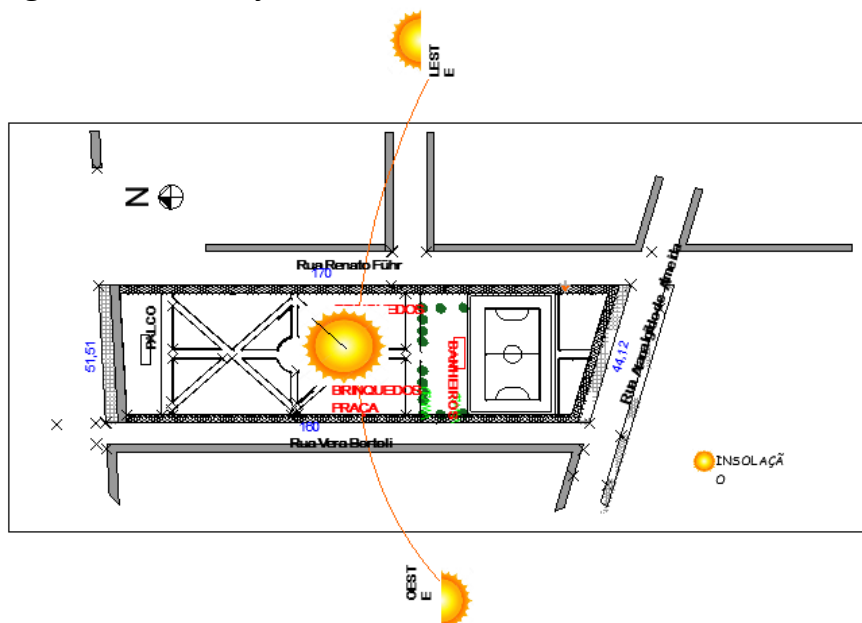
Figura 50: Acessos



Fonte: Projeto cedido pela Prefeitura de São Martinho com adaptações da autora, 2018.

3.2.3.6 Incidência Solar

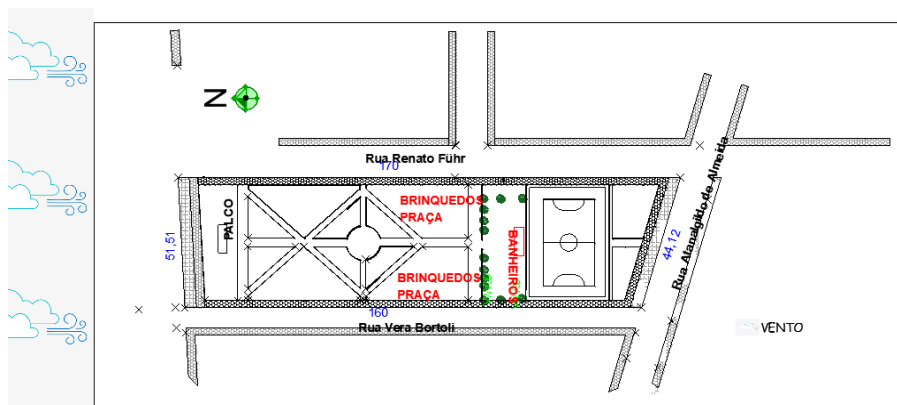
Como a praça possui uma grande área coberta por vegetação de grande e médio porte, durante todo o período do dia ela possui áreas de sombra.

Figura 51: Orientação Solar

Fonte: Projeto cedido pela Prefeitura de São Martinho com adaptações da autora, 2018.

3.2.3.7 Vento

O vento predominante na praça é vento nor-nordeste (NNE), assim essa informação contribuirá e influenciará o projeto, no sentido organização do espaço, evitando que as áreas de estar, sejam locadas nas áreas com maior influencia de ventos, além disso ela orienta a criação de barreiras para um maior conforto térmico dos usuários.

Figura 52: Vento Predominante

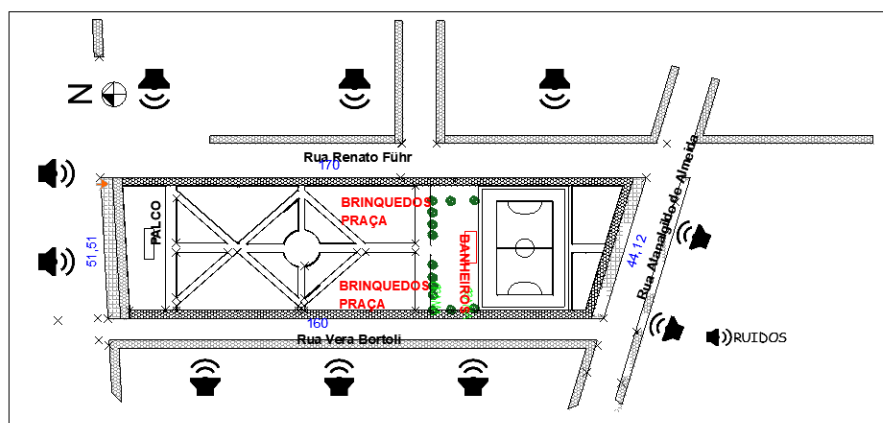
Fonte: Projeto cedido pela Prefeitura de São Martinho com adaptações da autora, 2018.

3.2.3.8 Nível de Ruídos

A Praça Valentin Klein está localizada em uma cidade de pequeno porte, sem grandes empresas ou indústrias. Mesmo implantada em uma área central, não existe um fluxo intenso de veículos, considera-se então um ruído baixo nas Ruas Renato Fuhr e Vera Bortoli, na

Avenida Getúlio Vargas, por tratar-se de uma avenida principal constata-se um ruído médio, assim como na Rua Atanalgildo de Almeida onde está localizado o Clube Recreativo do município.

Figura 53: Nível de Ruídos



Fonte: Projeto cedido pela Prefeitura de São Martinho com adaptações da autora, 2018.

4 INTENÇÕES PROJETUAIS

A principal intenção da Reestruturação da Praça Valentin Klein, é potencializar o seu uso, fazer com que a população se aproprie desse lugar público. Atualmente a praça encontra-se degradada e carente de manutenção. A estrutura e organização da praça são boas, assim a proposta busca implementar melhorias e elementos que valorizem esse local, tornando-a um ponto de referencia da cidade. A praça possui ainda muitas árvores que serão mantidas em sua grande maioria. É fundamental que os cidadãos se identifiquem com a praça, para que assim ela seja usufruída por todos.

4.1 Programa de Necessidades

Todo o processo de projeto em arquitetura inicia-se com o levantamento das características, as exigências do cliente e do contexto. Entende-se assim que o programa de necessidades é sinônimo do programa arquitetônico (MOREIRA E KOWALTOWSKI, 2009).

No processo de projeto, seja ele em qualquer área de aplicação, é importante levantar em primeiro lugar as necessidades do cliente e formular a partir destes os requisitos funcionais da produção (SUH *apud* MOREIRA E KOWALTOWSKI, 2009).

Assim Moreira e Kowaltowski (2009) alegam que por definição, o programa de necessidades resulta de levantar, compreender e organizar as informações necessárias para a otimização do projeto.

Figura 53 - Programa de Necessidades

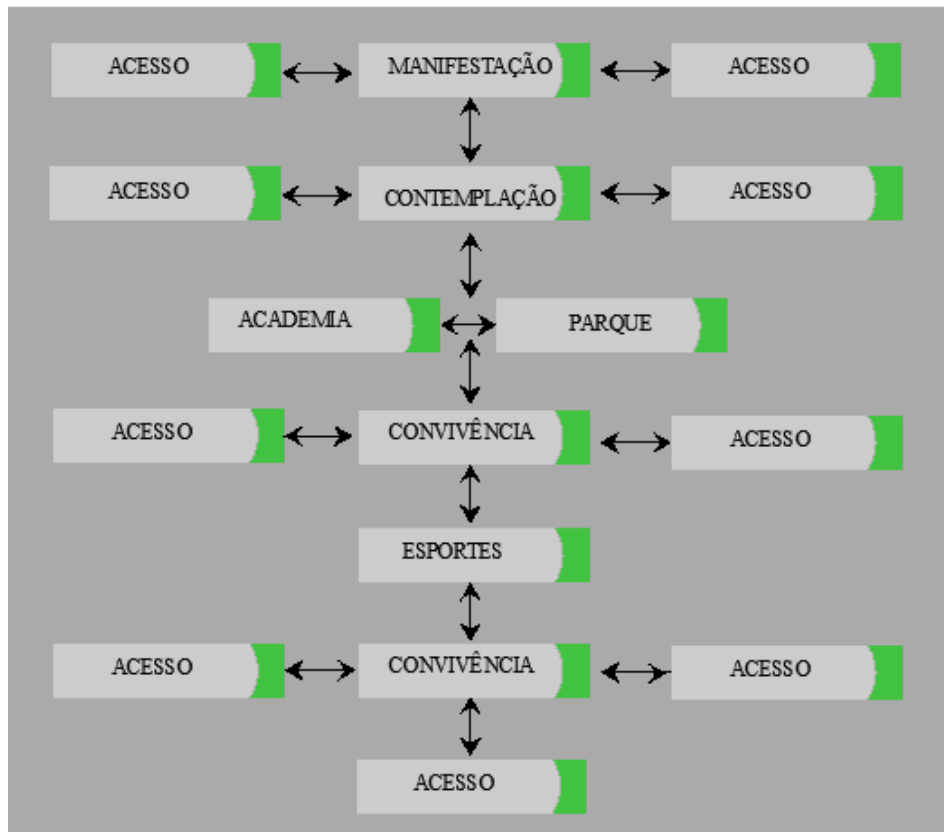


AMBIENTE	FUNÇÃO	ÁREA
QUADRA POLIESPORTIVA	ÁREAS DESTINADAS PARA O LAZER	950 m ²
ÁREA DE CONVIVÊNCIA		1 630,1 m ²
PARQUE INFANTIL		460,22 m ²
ACADEMIA		64 m ²
ÁREA DE CONTEPLAÇÃO		2 053,02 m ²
ÁREA DE MANIFESTAÇÃO		1 388,75 m ²
BANHEIROS	MASCULINO E FEMININO, UM TOTAL DE 06 SANITÁRIOS, DOS QUAIS 02 ESPECIAIS	49,90 m ²
ESTACIONAMENTO	ÁREA PARA ABRIGAR AUTOMÓVEIS DO PÚBLICO EM GERAL	28 VAGAS
TOTAL		6 595,34 m ²

4.2 Fluxograma

Segundo Miranda (2016) o fluxograma é aplicado no momento da concepção do projeto, com o objetivo de simplificar o processo arquitetônico, criando uma hierarquia dos espaços, circulações e acessos.

Figura 54 - Fluxograma



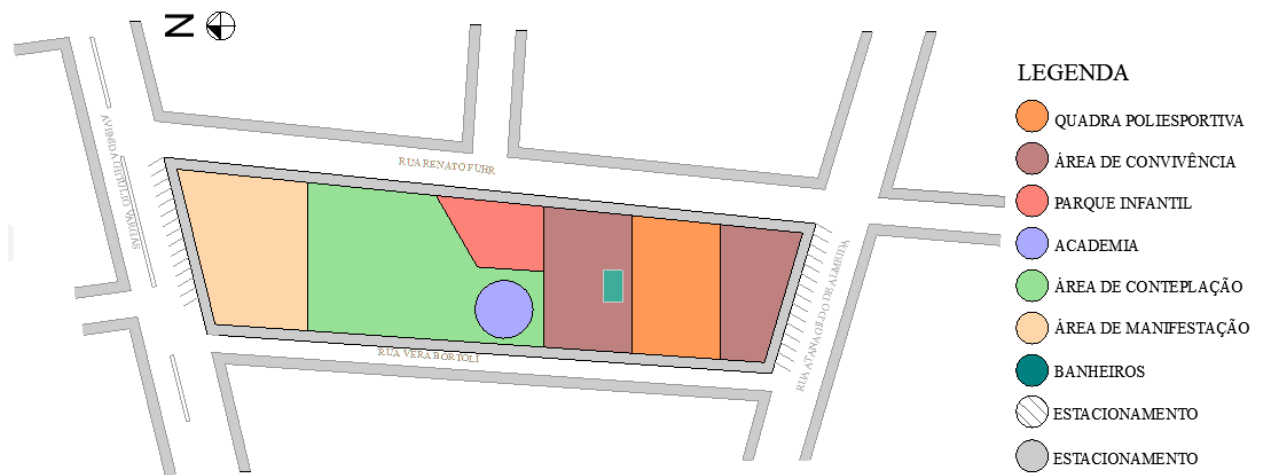
Fonte: Autor, 2018.

4.3 Plano de Massa

Para Macedo (s.d.) durante o processo de projeto de espaços livres várias são as fases exploradas até chegar-se na construção e uso da paisagem desejada. Entende-se assim o plano de massa como o estudo preliminar da paisagem que define a estrutura básica dos espaços produzidos, suas características de uso, forma, cor, textura, os caminhos.

Ainda de acordo com o autor o plano de massa estudada a configuração da futura paisagem a ser produzida, servindo assim como apoio para o projeto final. É a etapa de uso das possibilidades espaciais, o qual produz alternativas, que depois de eleitas, produzem um esboço da paisagem final pretendida (MACEDO (s.d.)).

Figura 55 – Plano de Massa



Fonte: Autor, 2018.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa surgiu da necessidade de reestruturação de um espaço na área central da cidade de São Martinho, com grande potencial de lazer para a população, espaço esse que encontrava-se carente de cuidados e manutenção, propiciando a insegurança no local e o descuido da paisagem urbana. Sabe-se que a arquitetura exerce um papel fundamental na transformação dos espaços, entende-se assim que a proposta de reestruturação da Praça Valentin Klein, propiciara a população uma alternativa de lazer, melhorando a qualidade de vida e o ambiente urbano, valorizando ainda a identidade urbana do município.

5.1 RESGATE DOS ELEMENTOS DA PESQUISA

Na introdução apresenta-se os fundamentos estruturadores da pesquisa, expondo os aspectos gerais do trabalho, com o intuito de compreensão do problema de pesquisa, sua hipótese inicial, o objetivo e a metodologia para elaboração.

O primeiro capítulo desenvolve-se a partir do resgate dos conceitos de arquitetura e urbanismo, e a importância desses na criação da identidade das cidades, uma vez que a identidade dos lugares está relacionada a conceitos de origem onde são as formas arquitetônicas que asseguram a continuidade dessas através do tempo. Desdobra-se então a importância dos espaços públicos na morfologia desses espaços, caracterizando-os como pontos referências na organização das cidades, essas áreas desempenham ainda funções social, estética, educativa e psicológica. Destaca-se assim a importância do paisagismo da criação dos espaços verdes, instrumento capaz de proporcionar agradável experiência sensorial, além de melhorar a qualidade de vida e conforto ambiental das cidades. Por fim apresenta-se a evolução história da praça, suas definições, funções e características.

No segundo capítulo a análise dos correlatos, obras base para o desenvolvimento do projeto arquitetônico e paisagístico. A Praça Governador Celso Ramo, antes ser revitalizada no ano de 2010 encontrava-se abandonada e a população não sentia-se segura em frequentá-la, hoje a praça abriga inúmeras atividades e é um ponto de referência pra o moradores. A Praça Colinas de Anhanguera é a proposta de uma praça em uma área carente, que tem como objetivo proporcionar diversas atividades para a população além de valorizar o local em que será implantada. E a Piazza Fontana a Quinto de Stampi, um espaço multiuso que tem como objetivo é criar uma harmonia entre o natural e artificial.

O terceiro capítulo apresenta um breve texto sobre o município de São Martinho- RS, conhecido como cidade das flores, localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, possui 5.773 habitantes. Relata a história da implantação da Praça Valentin Klein, inicialmente chamada de Praça Getúlio Vargas, que posteriormente como forma de homenagear o responsável pela doação do terreno onde a praça foi então implantada, passou a chamar-se Valentin Klein. Realiza-se então a análise das características do terreno onde a praça está inserida, tais como isolamento, vento predominante, fluxo de veículos, nível de ruídos e acessos.

O quarto capítulo esclarece as intenções projetuais, o qual tem por objetivo potencializar o uso da praça, fazer com que a população se aproprie desse lugar público. São apresentados o programa de necessidades, fluxograma e plano de massas da proposta de projeto.

5.2 RESPOSTA AO PROBLEMA

Conclui-se assim a importância da reestruturação e principalmente manutenção da Praça Valentin Klein, criando uma possibilidade de lazer dentro do município e potencializando o seu uso, para que assim a população se aproprie desse lugar público. Compreendendo a arquitetura e o urbanismo como partes integrantes de uma cidade e sendo elas responsáveis pelo desenho das cidades e pela concepção de espaços que homem habita, propõem-se assim um projeto que represente a sociedade, que seja um ponto de referência dentro do município e valorize-o, onde os moradores entendam a praça como extensões de suas casas, estimulado a conservação dessa área.

REFERÊNCIAS

ABBUD, Benedito. **Criando paisagens: guia de trabalho em arquitetura paisagística**. 2.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2006.

ALEX, Sun. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

AMARAL, J. J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Disponível em: < <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf> > Acesso em: 12 de março de 2018. de Janeiro : Editora FGV, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9283: Mobiliário Urbano** Rio de Janeiro, 1986.

BARGOS, Danubia Caporuss; MATIAS, Lindon Fonseca. **Mapeamento e análise de áreas verdes urbanas em Paulínia (SP): estudo com a aplicação de geotecnologias**. Uberlândia. Revista Sociedade & Natureza, v. 24, nº 1, 2012.

BENDE, Helena. **Interpretações sobre o espaço aberto na cidade da arquitetura moderna: José Luis Sert, Antonio Bonet Castellana e os planos para Chimbote (1948) e Barrio Sur (1956)**. In: XIV Seminário da História da Arquitetura e Urbanismo, Porto Alegre, 2016.

BRANDÃO, P. **A identidade dos lugares e a sua representação colectiva. Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público**. Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa, 2008.

BRASIL, Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm > Acesso em : 03 de abril de 2018.

BUCCHERI FILHO, Alexandre Theobaldo; NUCCI, João Carlos. **Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro alto da XV, Curitiba/PR**. São Paulo. Revista do Departamento de Geografia, v. 1, nº 18, 2006.

CALDEIRA, Junia. **A Praça Brasileira: trajetória de espaço urbano: origem e modernidade**. (Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). Campinas, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHOAY, F. **O urbanismo - utopias e realidades: uma antologia**. 2.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

CLEMENTE, Maria Claudia; ISIDORI, Francesco. **Labics: Piazza Fontana, Quinto de Stampi, Rozzano**. 2009. Disponível em: < <http://www.domusweb.it/en/architecture/2009/10/01/labics-piazza-fontana-quinto-de-stampirozzano.html> > Acesso: 08 de maio de 2018.

COLIN, Silvio. **Uma introdução á arquitetura**. 5 ed. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000.

CONAMA, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução do CONAMA nº 369, de 28 de março de 2006.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 mar. 2006. Seção 1, p. 150-51.

CORREA, Diego Fernando. **Espaço urbano, bens públicos e cooperação:** um estudo de caso da revitalização de praças em Florianópolis pela empresa WOA empreendimentos imobiliários. (Dissertação para obtenção de Grau em Ciências Econômicas). Florianópolis, 2014.

COSTA, Lucio. **Arquitetura.** Rio de Janeiro: Editora: MEC –FENAME /BLOCH, 1980.

COULANGES, Fustel. **A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma.** Trad. José Camargo Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo: HEMUS, 1975.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingos; DE ANGELIS NETO, Generoso. **Os elementos de desenho das praças de Maringá-PR.** Maringá, 2000.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento.** São Paulo: Editora Pini Ltda, 2001.

ECKBO, G. **O paisagismo nas grandes metrópoles.** Geografia e Planejamento. São FERNANDES, Inês Neto Capaz Coutinho. **Requalificação do Espaço Público Urbano:** Caso de estudo – Bairro Olival de Fora. (Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Arquitetura Paisagística). Lisboa, 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GARCIA, Sheila; DACAMPO, Jean Paulo; BERNARDES Marina. **Mobiliário Urbano.** Seminário Nacional de Construções Sustentáveis, novembro 2014.

GENGO, Rita de Cássia; HENKES, Jairo Afonso. **Utilização do paisagismo como ferramenta na preservação e melhoria ambiental em área urbana.** Florianópolis. Revista Gestão Sustentável Ambiental, v. 1, nº 2, 2012.

GLANCEY, Jonathan. **História da Arquitetura.** 2000.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre; SOARES, Beatriz Ribeiro. **A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras.** Rio Claro. Revista Estudos Geográficos, v.1 nº1, 2003.

GOMES, Paulo Cezar da Costa. **A condição Urbana:** ensaios de ecopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002.

GONSALEZ, Helenita Bueno. **Memória:** a gramática das imagens. Natal, 2012.

GUIMARÃES, Simone Sendin Moreira; INFORSATO, Edson do Carmo. **A universidade e as questões ambientais:** a formação de professores em destaque. Campinas. Revista Bioikos, v. 25, nº 1, 2012.

HAROUEL, J. L. **História do Urbanismo.** Campinas: Editoria Papirus, 1990.

HELM, Joanna. **1º Lugar - Concurso de projetos:** Praça Colinas de Anhanguera. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/01-26700/1-graus-lugar-concurso-de-projetos-praca-colinas-de-anhanguera-hus>>. Acesso em: 16 de maio de 2015.

JUCHEM, Leonardo. **Arquitetura de Espaços Abertos:** Piazza Fontana.

LAMAS, J. M. R. G. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LE CORBUSIER. **Planejamento Urbano.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

LEITÃO, L. **As Praças Que a Gente Tem, as Praças Que a Gente Quer:** manual de procedimentos para intervenção em praças. Recife: Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente, 2002.

LIMA, A.M.L.P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J.C.; SOUZA, M.A. del B.; FIALHO, N. O.; DEL PICCHIA, P.C.D. **Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos.** In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, Maranhão, 2004.

LIMA, Valéria; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade. **A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades.** São Paulo. Revista Formação, v. 1, nº.13, 2006.

LIRA FILHO, José Augusto. **Paisagismo Princípios Básicos.** Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2001.

LLARDENT, Luís Rodríguez Avial. **Zonas verdes y espacios libres en la ciudad.** Madrid: Closas Orcoyen, 1982.

LYNCH, Kevim. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Silvio Soares. **Plano de massas:** um instrumento para o desenho da paisagem. Disponível em: < <https://www.revistas.usp.br/paam/article/download/133630/129598/plano>>. Acesso: 29 de maio de 2018.

MARX, M. **Cidades brasileiras.** São Paulo: EDUSP, 1980.

MASCARÓ, L.; MASCARÓ, J. **Vegetação Urbana.** 2º ed. Porto Alegre: Mais Quatro Editora, 2008.

MAZZEI, Kátia; COLSESANTI, Marlene T. Munoz; SANTOS, Douglas Gomes. **Áreas verdes urbanas, espaços livres para o lazer.** Uberlândia. Revista Sociedade & Natureza, v. 19, nº 1, 2007.

MENDES, G.; TACHIZAWA, T. **Como fazer monografia na prática.**

MIRANDA, Rafael Rodrigues de Freitas. **O uso de diagramas, organogramas e fluxogramas na arquitetura.** RMML Arquitetura, 2006.

MMA, Ministério do Meio Ambiente. **Parques e Áreas Verdes**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/item/8051>> Acesso em 14 de maio de 2018.

MONTENEGRO, Glielson Nepomuceno. **A produção do mobiliário urbano em espaços públicos**. (Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo). NATAL, 2005.

MOREIRA, Daniel de Carvalho Doris; KOWALTOWSKI, Catherine Cornélie Knatz. **Discussão sobre a importância do programa de necessidades no processo de projeto em arquitetura**. Porto Alegre. Ambiente Construído, v. 9, nº 2, 2009.

MÜLLER, Dominique Gauzin. **Sustainable architecture and urbanismo: design, construction, examples**. Berlin: Birkhauser, 2002.

NASCIMENTO, Tisbe Machado. **Proposta de requalificação da Praça Henrique Carloni**. (Monografia para obtenção de Grau de Bacharel em Arquitetura). Natal, 2015.

NDGA - Núcleo de Design Gráfico Ambiental. **Espaço e mobiliário urbano**. Departamento de Design e Expressão Gráfica, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2016.

NEVES, José Manuel das – *Arquitetura Ibérica*, nº9. Lisboa: Caleidoscópio, 2005.

OLIVEIRA FILHO, Paulo Costa; ANDRADE, Aparecido Ribeiro; HARERLAND, Nala Tudela; POTTKER, Gustavo Satori; SILVA, Flávia Caroline Berger; **A importância das áreas verdes em uma cidade de Pequeno porte: estudo de caso na cidade de Irati-PR**. Curitiba. Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, v. 8, nº 1, 2013.

OLIVEIRA, Sérgio Marin. **Paisagismo e as centralidades urbanas**. São Paulo. Revista Paisagem Ambiente, nº 20, 2005.

PARTIDÁRIO, M. R. **Indicadores de Qualidade do Ambiente Urbano**. Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Lisboa, 2000.

PEREIRA, Maria Madalena Dias Calhau Esquível. **Praças públicas sustentáveis: caso de renovação das praças**. (Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Arquitetura). Lisboa, 2008.

PIMENTA, Joana Gonçalves. **Pavimento urbano: adequação ao uso**. (Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Arquitetura). Lisboa, 2008

PIZZOL, Kátia Maria Santos de Andrade. **A dinâmica urbana: uma leitura da cidade e da qualidade de vida no urbano**. Uberlândia. Revista Caminhos de Geografia, v. 7, nº 17, 2006.

QUEIROZ, Talita Nicolau. **Paisagismo**. Goiânia. Revista Especialize On-line IPOG, ed. v. 01 nº 005, 2013.

RIGHETTO, A. V. D. **Metodologias projetuais em arquitetura**. Disponível em: <http://www.exatas.ufpr.br/portal/docdegraf/artigos_graphica/METODOLOGIAS.pdf> Acesso em: 22 de março de 2018.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras**. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

ROSSI, Aldo. **La arquitetura del cidade**. Pandova : Editora Marcilio, 1667.

SANTOS, Eduardo Ribeiro. **Iluminação pública como elemento de composição da paisagem urbana**. (Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Arquitetura). Curitiba, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHEUER, Junior Miranda; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva. **Planejamento urbano, áreas verdes e qualidade de vida**. Curitiba. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade, v. 11, nº 5, 2016.

TESSARINE, José Benedito. **O mobiliário urbano e a calçada**. (Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Arquitetura). São Paulo, 2008.

TOLEDO, Beatriz Guimarães. **Integração de iluminação natural e artificial : métodos e guia prático para projeto luminotécnico**. (Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo). Toledo, 2008.

VIEIRA, P.B.H. **Uma Visão Geográfica das Áreas Verdes de Florianópolis-SC**: estudo de caso do Parque Ecológico do Córrego Grande (PECG). (Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004).

VIERO, V. C.; FILHO, L. C. B. **Praças públicas**: origem, conceitos e funções. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT1511201011414.pdf>> Acesso em: 16 de nov. de 2017.

ZEVI, B. **Saber ver a Arquitetura**. 5.ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996.

ZIMMERMAN, Cintia Alen. **Memória e identidade da praça pádua salles em amparo, SP**. (Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo, 2006.